Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2023 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

[Gestão 2023-2025]

Data: 13 e 14 de junho de 2023
Local: Auditório do Anexo I do Palácio do Planalto – Brasília/DF

Abertura da 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2023 do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea). A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que a Plenária apresentava quórum mínimo para iniciar os trabalhos e aprovar propostas e deu continuidade à reunião fazendo a leitura da pauta prevista para os dias de trabalho. **Pauta Proposta**: [13/06/2023] Boas-vindas e Mesa de Abertura; A centralidade da Agricultura Familiar em uma política pública de abastecimento alimentar para erradicação da fome com Comida de Verdade; Apresentação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024; Resultados da Oficina do Consea sobre o Plano Safra da AF 2023/2024; Debate em Plenária; Atos de solidariedade: Ao Movimento das Trabalhadoras Rurais Sem Terra e outros movimentos sociais atingidos por processos de perseguição e criminalização institucional; Aos Povos Indígenas na luta contra o Marco Temporal; Diretrizes para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar garantidora do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA); Retrospectiva das reflexões e contribuições do Consea sobre a Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Apresentação do processo e dos delineamentos da nova Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Contribuições do Abastecimento Alimentar Popular para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar; Debate em Plenária; Reunião das Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN (CPCE); [14/06/2023] Sessão Plenária sobre o Plano Brasil Sem Fome; Devolutiva sobre a Recomendação nº 01/2023/CONSEA sobre o Plano Brasil Sem Fome; Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 1); Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 2); Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 3); Debate em Plenária; Reunião das Comissões Permanentes e da Comissão de Presidentes de Conselhos Estaduais de SAN (CPCE); Informe da Presidência do Consea e atualização sobre a 6ª Conferência Nacional de SAN; Apreciação e aprovação da Resolução nº 03/2023/CONSEA – que convoca a 6ª CNSAN; Devolutiva das CPs e CPCE; Encerramento. **Ponto de Pauta: Boas-vindas e Mesa de Abertura**. A Presidenta do Consea deu início à Reunião com boas-vindas e destacou que, a partir desta Plenária, haveria participação das organizações que se candidataram e foram aprovadas pela Plenária como observadores do conselho. Foi reforçada que a ideia era que a presença dessas entidades observadoras contribua e enriqueça ainda mais o diálogo. Em seguida, convidou para compor a Mesa o Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), Sr. Márcio Macêdo; o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Sr. Paulo Teixeira; e o Secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho, Sr. Gilberto Carvalho. A Sra. Elisabetta Recine leu trechos de um texto da jornalista Eliane Brum publicado no dia 7 de novembro de 2022: "*O que podemos fazer? Como sociedade, precisamos nos manter firmes na realidade. Ao divórcio da realidade é preciso responder com mais realidade. E a realidade mais profunda é a própria vida. A melhor maneira de combater o projeto de morte (...) será nos mantermos fiéis à vida. (...). Foi pelas brechas de vida a que nos agarramos que fomos capazes de nos manter respirando. É hora de ampliar essas brechas e convertê-las em horizonte. (...). Isso não significa de forma nenhuma ignorar a realidade que representam. Significa que precisamos nos mover não mais em relação a eles, e sim em uma relação profunda com a vida. Precisamos ser. Não ser em contraposição a eles, como fomos até agora, mas sendo na costura do presente que só é possível na*

imaginação do presente. Nem falo mais do futuro, mas do presente, mesmo. Do aqui e agora. Fazendo o que nos faz bem. Retomando a arte, a dança, a poesia, a educação emancipadora, a espiritualidade, seja ela religiosa ou não, a alegria de conviver falando do que nos dá alegria. Retomando o debate que nos amplia porque o outro não nos ameaça, ao contrário: nos alarga. (...). É o que aprendi vivendo na floresta e observando os povos-floresta, se a floresta existe apesar de todos os ataques, é porque ela vive ferozmente. Onde há morte, alguma vida vai se sobrepor. Aquilo que seca até esturricar, na primeira chuva desperta selvagemente. O que morre é de imediato devorado para garantir a vida dos que vivem. Há flores se abrindo nos lugares mais devastados, há animais semeando florestas o tempo todo, há fungos se comunicando em vastas comunidades, árvores em conversas ininterruptas. (...) A vida é sempre muito barulhenta, repleta de cheiro e movimentos. (...). Quem vive quer viver. (...) O compromisso com a vida não é um ato que começa e acaba no indivíduo. É um ato em que aquele que se entende como um descobre que só pode ser em relação ao outro. O compromisso com a vida na esfera pública é lutar – juntes — para que os famintos possam comer. O compromisso na esfera pública com a vida é lutar – juntes – para que (...) todos os criminosos (...) sejam investigados, julgados e punidos, porque foi – não só, mas muito – a impunidade dos criminosos (...) que gerou (...) o que estamos vivendo. Lutar, para mim, é lutar como floresta. É ferozmente viver, me encantando com cada retalho de vida e alargando cada brecha de vida. (...). Não temos um país para reconstruir, temos um país para imaginar. Imaginação. Temos que imaginar um país sem racismo e temos que imaginar um país sem fome. Temos que imaginar, principalmente, porque esta é a mudança estrutural que determinará todas as outras, um planeta em que os centros sejam a vida e não os mercados. Imaginar para libertar o presente de sua falta de futuro. (...) *O que precisamos agora, como dizem os movimentos sociais da floresta, não é desenvolvimento, entendido como deixar de se envolver para servir ao mercado, mas envolvimento. Lutar como floresta é justamente isso: se envolver radicalmente com a vida*". Após a leitura, passou a palavra para o Ministro Márcio Macêdo, para a sua saudação. O Ministro Márcio Macêdo deu boas-vindas, cumprimentou a Mesa e afirmou que o restabelecimento do Consea na sua formação original ocorreu para dar o recado de que a democracia precisa ser respeitada e que tem gente séria que dedicou a vida inteira à construção do combate à fome no nosso país. Continuou dizendo que há várias mãos para enfrentar o problema da fome e que eles tinham sonhado que não voltaria mais. Contudo, explicou o Ministro, as políticas de proteção social e de atendimento ao cidadão brasileiro foram desmontadas e, com isso, o Brasil retornou ao mapa da fome. Afirmou que a tarefa agora é retirar o Brasil do mapa da fome de novo e poder fazer com que as políticas de governo, que estão sendo remontadas pelo Presidente Lula, em debate com a sociedade brasileira, como ocorre no Consea, possam se transformar em políticas de Estado, para que não voltemos a sofrer o que vivemos nesses últimos quatro anos. Então, comentou que é motivo de muita alegria, estar conjuntamente com a sociedade civil voltando a escrever um capítulo importante da história do Brasil. Reforçou que estão passando por um processo de reconstrução das instituições políticas do Brasil e destacou o que foi feito nesses 150 dias do Governo do Presidente Lula, como a retomada de todas as políticas de proteção do cidadão e as políticas de fortalecimento do Estado Democrático de Direito. O Ministro pontuou que é necessário

dar passos mais largos para o desenvolvimento do país, e conta com a parceira do Consea, MDA, MDS e a mobilização da sociedade para que seja possível. Aponta que há um grande desafio para a realização da 6ª Conferência, que é prioridade para o Presidente Lula, e colocou que o Plano Brasil Sem Fome tem sido muito debatido nos estados e posto também como prioridade. Além disso, disse que foi feito um grande esforço para que o PPA fosse para as ruas, e que o Presidente Lula deu posse ao Conselho de Participação Social, onde apresentou os grandes eixos do planejamento participativo. Aproveitou o momento e convidou a Presidenta Elisabetta Recine para dialogar com o MDS, com a Caixa Econômica e com o Banco do Brasil, e garantiu que a Conferência irá acontecer e fechou sua fala parabenizando o Consea pelo trabalho que tem sido feito. A Presidenta do Consea deu seguimento ao evento e agradeceu ao Ministro por ter citado o orçamento da Conferência. O Ministro tratou esse assunto como um pequeno detalhe que será resolvido. Assim, a Presidenta agradeceu e passou a palavra para o Secretário Gilberto Carvalho. O Secretário agradeceu a oportunidade de estar presente e demonstrou alegria em ver a Plenária cheia novamente. Posteriormente, trouxe os diferentes sentimentos que esses 6 meses de Governo Lula têm trazido: de um lado a alegria e o alívio da sociedade devido a retomada de movimentos importantes; de outro, a dura realidade das dificuldades frente ao Congresso Nacional, com a realidade da "máquina quebrada". Aproveitou para pontuar 3 questões sociais importantes: os moradores de rua; o papel dos catadores, que apesar dos avanços das cooperativas, estão passando por situações difíceis devido a diminuição do preço dos materiais recicláveis; e, por fim, a questão dos aplicativos, em que a cada renovação tecnológica, ao invés de trazer igualdade e conforto, permite a sobretaxa de exploração. Reforça que, para ocorrer o avanço, é necessário que haja organização e mobilização popular para lidar com o Congresso. Por fim, agradeceu e passou a palavra para a Presidenta dar seguimento. A Presidenta do Consea agradeceu a fala do Secretário e informou que o Ministro Márcio Macêdo irá se retirar devido a outra agenda. Deu seguimento à Plenária agradecendo a presença e passando a palavra para o Ministro do MDA, Sr. Paulo Teixeira. O Ministro iniciou a fala agradecendo pelo convite para participar da Plenária, cumprimentou a Mesa, os movimentos sociais, conselheiros, conselheiras e presidentes dos Conseas estaduais. Ressaltou que a missão de tirar o Brasil do mapa da fome é uma enorme tarefa, pois, ao mesmo tempo que o Brasil é um país muito grande, com imensa área de produção agrícola, dispondo de várias tecnologias, é também um país muito desigual. Apontou que parte da produção está associada à produção de alimentos do Brasil e parte associada à exportação que ajuda a balança comercial brasileira, mas, por outro lado, existe uma diminuição da produção de alimentos que resultou em dois fenômenos: a volta do Brasil para o mapa da fome; e o avanço da obesidade em função do consumo de ultraprocessados devido à diminuição de renda e ao encarecimento dos alimentos. Pontuou que a tarefa do MDA é aumentar a produção de alimentos no Brasil, recuperar a cultura alimentar, engajar todos os atores que estão envolvidos nessa função e modernizar o campo. O Ministro aproveitou para recuperar as políticas que o Presidente Lula aprovou nesses primeiros 6 meses de Governo, como a política de valorização do salário mínimo e a correção do Bolsa Família. Pontuou também que o grande objetivo do MDA para acabar com a fome e a miséria do país é aumentar a área plantada no Brasil e

estimular a produção de alimentos não só para exportação, mas para alimentar o povo. Durante a fala, o Ministro abordou o lançamento do Plano Safra e citou os estímulos que o Ministério está desenhando para aumentar a produção de alimentos no Brasil: estimular os produtores de alimentos; estimular a agroecologia, a agricultura restaurativa e regenerativa, as agroflorestas e toda forma de bioinsumo e bioagricultura; mecanizar a agricultura familiar - estão sendo feitos acordos de cooperação com indústrias de máquinas e universidades para adaptar as máquinas para a agricultura familiar -; estimular a agricultura liderada por mulheres e jovens; e estimular a agroindústria. Outro ponto levantado foi o de combate ao desperdício, em que é necessária uma ampla mobilização e levar para as cidades as cozinhas comunitárias. Disse que será realizada uma reunião com o Ministério de Minas e Energia, convocando as empresas de transmissão para tentar fazer um convênio nacional para disponibilizar essas terras para cultivo de hortas urbanas associadas junto com MDS a cozinhas comunitárias, e, além disso, convidar a Conab e todas as Ceasas do Brasil para discutir a ampliação das áreas para agricultores familiares. Externou que existe também o plano de proporcionar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) para todas as comunidades de quilombo, populações tradicionais, agricultores e ocupantes de terra de toda natureza, com o objetivo de ampliar a base do CAF e possibilitar a venda dos produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Por fim, o Ministro se colocou à disposição do Consea para fortalecer a rede e atingir novamente o propósito de proporcionar ao povo a soberania alimentar novamente. A Presidenta do Consea agradeceu as palavras do Ministro e ponderou a importância de fazer com que as lideranças e os movimentos sociais que surgiram durante o Governo passado tenham espaços legítimos dentro da participação institucionalizada. **Ponto de Pauta: A centralidade da Agricultura Familiar em uma política pública de abastecimento alimentar para erradicação da fome com Comida de Verdade**. Então, a Sra. Elisabetta Recine retomou a pauta da Plenária, convidou os membros da Mesa e passou a moderação da Mesa para a Sra. Mazé, Representante da CONTAG, que iniciou a fala saudando a Mesa e a Plenária. Ressaltou a importância que a Mesa de debate tem ao trazer a discussão sobre a centralidade da agricultura familiar e a produção de alimentos, bem como a retomada do Plano Safra. Após a apresentação, passou a palavra para a Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-Executiva do MDA. A Sra. Fernanda Machiaveli deu início a sua fala retomando o discurso do Ministro Paulo Teixeira, que apresentou os principais desafios que orientaram a reconstrução do Plano Safra. Durante os primeiros semestres, foram realizadas várias reuniões e a equipe recebeu as demandas dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar. Disse que o objetivo era lançar o maior Plano Safra voltado para a agricultura familiar durante o mês de junho, com recursos e medidas mais abrangentes, que o plano buscava realizar mudanças estruturais na organização da safra e na política agrícola, para atender às necessidades da agricultura familiar. No momento, disse a Secretária-Executiva, o Brasil possui três milhões e novecentos mil estabelecimentos rurais da agricultura familiar, representando 77% do total; no entanto, essa modalidade agrícola ocupa apenas 23% da área destinada à agricultura no país. Apontou que havia 2,9 milhões de cadastros ativos no CAF (Cadastro de Agricultores Familiares), com a emissão diária de 5 mil CAFs após superar desafios anteriores relacionados ao cadastro. Além disso, apontou que estava

previsto o lançamento do CAF 3.0 até o final do ano, fruto da participação de diversas organizações do campo. A Secretária-Executiva do MDA destacou que 44% dos agricultores enquadrados no CAF não tinham acesso ao Bolsa Família, devido ao perfil de extrema pobreza. A Sra. Fernanda Machiaveli abordou os desafios enfrentados pela agricultura familiar, como a significativa queda no acesso ao crédito para a produção de alimentos, com uma redução de 89% no acesso ao crédito para a produção de feijão e 62% para a produção de arroz. Na exposição, a Secretária-Executiva destacou a relevância da inflação dos alimentos, que contribui significativamente para a inflação geral, representando cerca de 43% em média ao longo de 13 meses. Apontou que a queda na produção de alimentos tem contribuído para esse cenário de inflação. Além disso, mencionou a concentração do crédito, que se agravou nos últimos anos, onde um contraste notável é observado entre as regiões nordeste e sul do país. Exarou que, embora 47% dos agricultores familiares estejam na região sul, apenas 40% do volume de recursos do Pronaf é direcionado para o nordeste, que abriga 17% desses agricultores. Disse que isso resulta em um tíquete médio de empréstimo muito menor na região nordeste, cerca de 8 mil reais, em comparação com os 57 mil reais na região sul. Para enfrentar esses desafios, disse que foi proposto desconcentrar o crédito, direcionando mais recursos para a região nordeste, onde a população é maior. Enfatizou a importância da mecanização da agricultura familiar, um objetivo priorizado pelo Governo; embora tenham sido feitos avanços desde o lançamento do programa "Mais Alimentos" em 2008, que aumentou a proporção de propriedades com tratores de 12% para 18%, ainda há um longo caminho a percorrer, já que 82% dos agricultores familiares ainda não têm acesso a máquinas modernas e continuam dependendo de métodos tradicionais de cultivo. Na exposição, foi ressaltada a situação precária da agricultura, que ainda depende de ferramentas básicas e carece de suporte tecnológico. Colocou que isso resulta em um trabalho árduo no campo e na falta de qualidade de vida para os agricultores. Disse que uma meta estabelecida para a safra é melhorar essa condição por meio do acesso a maquinários e destacou a importância da retomada do programa "Mais Alimentos", uma questão frequentemente mencionada pelo Presidente Lula, que enfatiza a necessidade de proporcionar acesso a máquinas e implementos agrícolas. Pontuou que o desafio inclui não apenas o crédito, mas também a adaptação dos maquinários às diferentes regiões geográficas e culturas, atendendo as necessidades da agricultura familiar. Apontou que as mulheres também desempenham um papel significativo nesse contexto, expressando o desejo de ter equipamentos que possam manusear e pilotar com facilidade; e, para avaliar a viabilidade desses equipamentos, estão sendo realizados testes em colaboração com o consórcio nordeste, especialmente com o estado do Rio Grande do Norte, liderados pelo Coordenador da câmara do consórcio do nordeste da agricultura familiar, Sr. Alexandre Lima, em parceria com o Governo. Foi mencionada uma ampla parceria envolvendo instituições como a Embrapa, o Ministério da Ciência e Tecnologia, diversos bancos - como o Banco do Brasil -, universidades e outras entidades. Destacou que essa colaboração resultará na primeira iniciativa do Conselho Nacional do Desenvolvimento Industrial, que visa abordar a mecanização da produção agrícola. Além disso, foi enfatizado o desafio da segurança alimentar, que não se limita apenas ao acesso aos alimentos, mas também à qualidade dos alimentos, promovendo a

produção sustentável. Houve uma análise da participação dos assentamentos no controle do desmatamento, buscando uma estabilidade nesse aspecto. Outra questão abordada foi a recuperação ambiental, que inclui a promoção da agricultura agroecológica, da bioeconomia e do uso sustentável dos recursos naturais em diferentes biomas, com foco especial na Amazônia. Resumindo, os desafios prioritários para o Plano Safra incluem: aumentar a participação da agricultura familiar na produção de alimentos, aumentar a produção de alimentos, contribuir para a redução da inflação, melhorar a capacidade produtiva da agricultura familiar através do acesso à maquinaria adequada, reverter o desmatamento e promover a produção sustentável, além de equilibrar regionalmente as ações. Também se destacou a importância de aumentar o acesso ao crédito rural para mulheres, jovens e comunidades tradicionais. A Secretária-Executiva citou que há um desafio relacionado à disponibilidade de recursos para o crédito rural, incluindo debates com o Banco Central sobre a alocação desses recursos. Colocou que o projeto em andamento visa anunciar um conjunto de medidas até o final do mês para disponibilizar um volume significativo de recursos destinados à agricultura familiar. Entre as propostas apresentadas estão a oferta de taxas de juros diferenciadas para a produção de alimentos, a retomada do programa "Mais Alimentos", o aumento do limite de financiamento para microcrédito - especialmente no Nordeste -, e a criação de linhas de crédito específicas para mulheres. Outras iniciativas citadas incluem a descentralização regional do crédito com limites mais elevados de financiamento, melhorias nas condições de financiamento para a agroindústria e a criação de linhas específicas para jovens, indígenas, quilombolas, produção sustentável, bioeconomia e transição agroecológica. Apontou que algumas dessas linhas já existem e terão suas condições aprimoradas, enquanto outras serão criadas para atender a públicos que não eram atendidos anteriormente. No que diz respeito ao custeio e ao programa "Mais Alimentos", disse que está sendo proposta a criação de uma taxa de juros diferenciada para a produção de alimentos. Apontou que a retomada do programa "Mais Alimentos" também está prevista, com condições específicas para a aquisição de máquinas agrícolas. Informou que o objetivo é ajustar as taxas de juros para torná-las mais compatíveis com a atual inflação, uma vez que o esforço financeiro para oferecer taxas de juros mais baixas é considerável. Em relação à inclusão produtiva, colocou que estão sendo estabelecidas condições mais favoráveis para o microcrédito rural destinado a agricultores de baixa renda. Acrescentou que o perfil de enquadramento será ampliado, assim como o teto de financiamento, que atualmente está limitado a 6 mil reais; e que estão em andamento esforços para incluir quilombolas e indígenas no Pronaf, um programa que oferece as melhores condições para os beneficiários da reforma agrária. Contudo, apontou que essa iniciativa aguarda aprovação por meio de resoluções do Conselho Monetário, visando garantir acesso aos recursos para indígenas e quilombolas. Disse que medidas específicas estão sendo desenvolvidas para atender a juventude rural, em colaboração com organizações como MPA e MST, incluindo ajustes na linha do Pronaf Jovem e o lançamento previsto de um novo programa nacional de crédito fundiário voltado para jovens rurais, atendendo a uma demanda histórica por acesso à terra. No contexto da agricultura de baixo carbono e da produção sustentável, frisou que a Ministra Marina Silva tem liderado esforços para garantir medidas ambientalmente responsáveis nos Planos

Safra. Disse que diálogos intensivos com ministros relacionados têm buscado implementar medidas específicas para a sustentabilidade ambiental, beneficiando a produção rural com foco em biodiversidade. No que diz respeito à assistência técnica, pontuou que várias ações estão sendo planejadas, incluindo o apoio à estruturação da rede pública de assistência técnica em todo o Brasil e o fomento à agricultura agroecológica para a produção de alimentos e a recuperação de biomas. Detalhou que essas iniciativas estão sendo coordenadas pela Secretária Patrícia Vasconcelos e sua equipe no Pacto Nacional, e que está previsto o envio da proposta para a criação de uma política chamada "Rede Agroecológica" nas próximas semanas, com o objetivo de promover a agricultura sustentável. Comentou que um dos desafios abordados é a questão dos mercados para a agricultura familiar, que medidas provisórias e decretos já foram enviados, estabelecendo que 30% de todas as compras institucionais do Governo Federal, como do exército, de hospitais e de restaurantes universitários, devem ser direcionadas para a agricultura familiar. Disse que isso gerou uma demanda institucional significativa para o Governo Federal, junto com os programas PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mobilizando quatro bilhões de reais em recursos potenciais para compras da agricultura familiar. No entanto, disse que é necessário organizar a oferta e capacitar os órgãos públicos para garantir que cumpram essa meta de compra da agricultura familiar. Apontou que há um acordo de cooperação envolvendo os principais ministérios para impulsionar a compra de produtos da agricultura familiar por parte dos diversos órgãos governamentais; e que esse esforço está sendo realizado em parceria com a Secretaria de Abastecimento e a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAB), com o objetivo de fortalecer a presença dos produtos da agricultura familiar nos mercados institucionais. Por fim, agradeceu e colocou o MDA à disposição para futuras interações. A Sra. Mazé (CONTAG) agradeceu a fala da Secretária-Executiva do MDS e passou a palavra para a Coordenadora da CP3, Sra. Vanessa Schottz, que abordou o resultado da oficina do Consea sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar 2023-2024. A Sra. Vanessa Schottz saudou a Mesa e destacou a importância da retomada do Plano Safra e disse que um dos pontos destacados na oficina realizada pela CP3 foram os quatro eixos que estruturam o Plano Safra, com foco na promoção de alimentos saudáveis, transição agroecológica e sustentabilidade, inclusão de mulheres, jovens e povos e comunidades tradicionais, e garantia de comida para aqueles que sofrem com a fome. Expôs que esses eixos apontam para uma ampliação e redefinição da agenda de negociação, priorizando a inclusão de diversos grupos sociais e a transição para uma agricultura mais sustentável. No entanto, para que essas metas se concretizem, apontou que é fundamental traduzir esses eixos estratégicos nos programas e políticas públicas. Ao longo dos anos de implementação de políticas de soberania e segurança alimentar e nutricional, colocou que a participação social e o conhecimento acumulado pela sociedade têm revelado que, muitas vezes, problemas no desenho desses programas impedem que eles alcancem efetivamente as pessoas que mais precisam e dificultam a efetivação dessas diretrizes nas políticas públicas. Portanto, indicou que é uma preocupação compartilhada garantir que as políticas públicas sejam bem delineadas para atender as necessidades reais da população. Outro ponto relevante abordado na discussão é a necessidade de ampliar o foco das políticas além

do crédito fundiário, com ênfase no acesso ao território, sendo importante garantir um escopo mais amplo que permita, por exemplo, condições efetivas para permanência e produção nos territórios, bem como nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Embora o crédito seja relevante, pontuou que diversos movimentos sociais e redes que participaram da oficina enfatizaram a importância do fomento para traduzir efetivamente os eixos estratégicos do Plano Safra. Explicou que o fomento desempenha um papel fundamental no apoio às mulheres, aos jovens e aos povos e comunidades tradicionais, reconhecendo sua diversidade, conforme estabelecido no Decreto nº 6.040/2007. Foi destacada a importância de tornar o fomento um elemento estruturante do Plano Safra, uma vez que há muitos segmentos que não conseguem acessar o Pronaf. Além disso, disse que foi discutido na oficina a necessidade de o Plano Safra incluir ações efetivas e políticas de fomento e proteção das sementes tradicionais, pois há uma grande preocupação com o desaparecimento de variedades de sementes e a contaminação por transgênicos, ressaltando a necessidade de garantir o direito de uso e preservação das sementes crioulas pelas comunidades tradicionais. Apontou que foi observado que, em relação às modalidades do PAA, como compra com doação simultânea, estoque de sementes e compra direta, os recursos disponíveis ainda são limitados. Segundo informações prestadas, foi destinada uma quantia de cerca de 500 milhões de reais, com a maior parte dos recursos voltada para a compra institucional. Diante disso, a preocupação levantada é que essas modalidades históricas do PAA desempenharam um papel significativo no fortalecimento da produção e no acesso de diferentes segmentos do campesinato, que muitas vezes não conseguiam acessar o Pronaf. Portanto, comentou que é considerado importante fortalecer essas modalidades do PAA para promover a conservação da agrobiodiversidade e atender as necessidades das comunidades agrícolas. Segundo a Sra. Vanessa Schottz, outro ponto importante discutido na oficina referente ao PAA foi a normativa legal recente que introduziu dispositivos importantes para abordar o acesso de povos e comunidades tradicionais ao PAA e outros programas relacionados à aquisição de alimentos, incluindo alternativas relacionadas ao Crédito de Alimentação Escolar (CAE). Explicou que essa normativa atribui ao PAA a definição de instrumentos específicos, abrindo um precedente significativo; sendo relevante destacar que, em 2009, o PAA chegou a comercializar e movimentar mais de 400 tipos diferentes de alimentos, principalmente por meio da modalidade de doação simultânea, desempenhando um papel fundamental na promoção da agricultura familiar e na diversificação dos alimentos disponíveis no mercado. Disse que outro aspecto fundamental que foi enfatizado na discussão foi a questão do fomento aos quintais produtivos, que desempenha um papel estratégico na ampliação da produção de alimentos saudáveis. É essencial pensar em estratégias para possibilitar o financiamento de sistemas de produção diversificados e garantir a formação daqueles que operam essa política na ponta, considerando as relações com os bancos. Além disso, informou que a discussão destacou a importância do ATER e sua articulação com o fomento, sendo fundamental considerar a lógica coletiva dos povos e comunidades tradicionais, evitando a clivagem e promovendo ações coletivas no exercício da ATER. Apontou que a relação entre ATER e fomento é essencial, pois muitas famílias e comunidades não conseguem colocar em prática o que é construído por meio do ATER sem

o apoio do fomento. Destacou que a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBIO) também foi abordada com entusiasmo, enfatizando a importância de adotar uma metodologia que garanta preços justos e acesso desburocratizado. Disse que a metodologia deve levar em consideração os aspectos ambientais e sociais do trabalho dos agroextrativistas, permitindo a inclusão de mais produtos de diversos biomas. Colocou que foi ressaltada a importância de articular o Plano Safra com a questão do abastecimento, considerando as contribuições dos movimentos e redes para garantir uma política alimentar eficaz e inclusiva. Segundo a Coordenadora da CP3, outro tema que emergiu com grande relevância foram as normas sanitárias, onde se destacou a necessidade de articular essas normas de forma a superar possíveis obstáculos. Pontuou que foi ressaltado o avanço conquistado com a RDC nº 49, mas também a importância de pensar no financiamento para estruturar as agroindústrias e adequar as regulamentações sanitárias. Externou que o debate também se concentrou na relação entre o CAF e a questão da terra, bem como na preocupação de desvincular o acesso ao CAF da questão fundiária. Assim, apontou que a discussão levantou a necessidade de dialogar com organizações ligadas a comunidades quilombolas e povos e comunidades tradicionais para compreender as demandas relacionadas ao reconhecimento e ao acesso a políticas públicas por meio do CAF. Explicou que a recomendação do Ministério Público Federal foi mencionada como um importante guia nesse processo, e foi destacada a importância de retomar a base de dados para obter informações precisas sobre o público que acessa o PNAE, incluindo a porcentagem de povos tradicionais e indígenas. A Sra. Vanessa Schottz finalizou a fala ressaltando que essas ações são fundamentais para desenvolver estratégias eficazes no contexto do programa, passando a palavra para a Sra. Kota Mulangi, Coordenadora da CP7. A Sra. Kota Mulangi saudou a Mesa e a Plenária e trouxe a reflexão que surgiu na CP7 de explicitar quais são os povos e comunidades tradicionais que estão sendo atingidos pelas políticas, a fim de romper com o racismo estrutural. Disse que é uma questão importante estratificar esses povos e reconhecer, por exemplo, quando for falar com os jovens, principalmente. A Coordenadora da CP7 pontuou a importância de estar na Mesa do Consea, para lutar pelos direitos dos povos e comunidades tradicionais e pediu que o as políticas públicas traduzam isso. Segundo a Sra. Kota Mulangi, na discussão sobre as normas sanitárias, enfatizou-se como essas normas têm sido uma barreira significativa para as comunidades tradicionais na prática. Apontou que, por vezes, a vigilância sanitária é rigorosa e desconsidera o conhecimento tradicional, prejudicando as práticas alimentares dessas comunidades. Colocou que também foi ressaltada a importância de ampliar a lista de produtos reconhecidos pelo CAF para incluir mais itens da biodiversidade, como a produção de carne de bode em comunidades quilombolas. Destacou que foi argumentado que o CAF não deve ser restrito apenas a indígenas e quilombolas, mas deve abranger outras comunidades tradicionais. Além disso, destacou-se a necessidade de abordar questões relacionadas ao racismo e ao patriarcado como fatores que influenciam as demandas das mulheres e da juventude. Apontou que a discussão também abordou a questão da distribuição e do acesso aos mercados públicos, que têm sido privatizados em várias partes do Brasil. A Coordenadora da CP7 pontuou que foi ressaltada a importância desses mercados públicos como locais de acesso à alimentação saudável e comida de

verdade, especialmente para a população negra e nas áreas urbanas mais vulneráveis. A Conselheira Vânia expressou sua identificação com a apresentação anterior, pois ela mesma é uma mulher negra de uma comunidade tradicional do Candomblé. Destacou a importância de reconhecer e valorizar as tradições culturais e alimentares das comunidades tradicionais, como a produção de carne de bode. Enfatizou que a produção de carne de bode é essencial para a agricultura familiar e que a presença de intermediários no processo de venda pode reduzir a renda dos agricultores familiares. Ressaltou a complexidade do Plano Safra e a necessidade de políticas articuladas para enfrentar os desafios. Enfatizou a importância de investir na inclusão produtiva dos agricultores familiares e reduzir os juros para a produção de alimentos, a fim de abordar questões relacionadas à fome e ao meio ambiente. Concluiu dizendo que políticas coordenadas são essenciais para o sucesso do Plano Safra. A Conselheira Débora parabenizou as falas anteriores e reforçou algumas questões a partir da realidade na Bahia, como a preocupação com o CAF, que está excluindo aqueles que mais precisam. Outro problema apontado foi a dificuldade de regularizar e acessar terras devido à exigência de documentação, o que acaba excluindo as pessoas necessitadas, precisando de readequação do sistema para um melhor atendimento. Na Bahia, disse que há uma defasagem de 200 mil famílias que perderam o acesso ao sistema por falta de documentação. Além disso, enfatizou a importância das normas sanitárias que afetam não apenas a criação de animais, como galinhas e cabras, mas também o acesso ao mercado. Apontou que a falta de infraestrutura para abate impede que esses produtos cheguem ao mercado. Também destacou a importância do diálogo para melhorar o acesso dos pequenos agricultores, cooperativas e associações às compras públicas. Por fim, mencionou a necessidade de encontrar uma solução para as comunidades tradicionais na Bahia, que precisam de atenção especial. O Sr. Jean Pierre, Presidente do Consea Estadual do Rio Grande do Norte, destacou a questão da produção de energia eólica e solar, que está causando a privatização e a concentração de terras, incluindo a estrangeirização das mesmas. Pontuou que isso levanta preocupações sobre a disponibilidade de terra para a agricultura familiar, que já está em declínio. Além disso, apontou que a instalação de empresas de energia nessas áreas também está concentrando os recursos hídricos, o que pode resultar em conflitos futuros relacionados à água para a produção de alimentos, especialmente em regiões semiáridas. Também argumentou ser crucial considerar o impacto da matriz energética na produção de alimentos e que o modelo de produção de energia deve estar alinhado com as necessidades dos sistemas alimentares. Portanto, foi enfatizada a importância de um diálogo sobre essas questões para garantir que a produção de alimentos e a produção de energia estejam em harmonia. O Conselheiro Carlos expressou dúvidas sobre como o Marco Temporal afetará o financiamento no âmbito do Plano Safra para comunidades quilombolas e indígenas. Mencionou que o financiamento atualmente é direcionado para áreas demarcadas e regularizadas junto ao órgão ambiental, e também destacou a preocupação com a mudança do cadastro ambiental do Ministério do Meio Ambiente para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Quis entender como essa dinâmica afetará a inclusão de quilombolas e indígenas no Pronaf e como resolver essa questão, considerando a restrição do Marco Temporal. O Conselheiro Naidison Baptista expressou preocupação específica com o armazenamento e pré-

processamento de alimentos. No caso do Maranhão, disse que a safra ocorre apenas uma vez por ano durante seis meses, o que torna difícil a venda e o armazenamento dos produtos. Além disso, citou o exemplo de uma comunidade que produz tilápia, mas enfrenta desafios em transportar o peixe até a creche, onde não há capacidade imediata para processar o alimento no calor do Maranhão. Argumentou que é importante desenvolver capacidades de armazenamento e pré-processamento de alimentos para lidar com essas situações. Além disso, mencionou que as hortas urbanas são uma solução interessante, pois permitem que as verduras sejam lavadas e oferecidas nos supermercados já prontas, economizando mão de obra e proporcionando acesso mais rápido a alimentos frescos para aqueles que não têm tempo para cozinhar. O Conselheiro Carlos ressaltou que os catadores de materiais recicláveis enfrentam atualmente uma vulnerabilidade semelhante à vivida há 10 ou 15 anos, devido aos preços instáveis dos materiais. Enfatizou a importância da política de abastecimento, destacando que é fundamental que essa política se torne uma política de estado. Reconheceu o papel crucial da economia solidária na superação da pobreza, da miséria e da fome. Concluiu afirmando que a economia solidária deve ser apoiada por políticas de abastecimento que fortaleçam o cooperativismo, pois a distribuição de alimentos é essencial para o abastecimento e os empreendimentos solidários podem desempenhar um papel primordial nesse processo. A Sra. Juliane defendeu a ideia de que o Plano Safra deveria considerar a diversidade dos sistemas de produção agroecológica, financiando por unidade de propriedade, ao invés de focar apenas na safra anual. Ressaltou a importância de discutir não apenas o volume de recursos, mas também o formato e a articulação das políticas públicas. Disse que fizeram com que as instituições financeiras muitas vezes dificultassem o acesso às linhas de crédito específicas, como o Pronaf Jovem, Pronaf Mulher e Pronaf Mais Alimentos. Argumentou que é necessário criar mecanismos que incentivem as instituições financeiras a financiar essas linhas de crédito. Apontou que os participantes também destacaram a burocracia existente nos procedimentos relacionados ao PAA, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e às compras institucionais. Enfatizou a importância de ajustar os formatos dos convênios para facilitar a implementação dessas políticas. Por fim, um participante enfatizou a necessidade de articular o mercado institucional com o Pronaf e outras políticas, como o Mais Alimentos. Revelou que muitos agricultores não têm acesso à informação sobre as opções disponíveis e que a falta de assistência técnica dificulta a implementação das ações. Ressaltou a importância da articulação para superar esses desafios. O Sr. Carlos destacou a importância da presença de pessoas catadoras na 6ª Conferência Nacional, ressaltando a relevância desse segmento. Em relação ao maquinário leve, um participante expressou seu apoio à proposta, enfatizando a questão da compactação do solo, que é um desafio significativo no semiárido. Também destacou a necessidade de orientação para a operação do maquinário, especialmente no Nordeste, onde não há uma tradição forte nesse sentido, tanto em relação aos tratores de pequena escala quanto à logística associada a eles. Por fim, trouxe sua experiência com a Ceasa no Rio de Janeiro e enfatizou a importância de uma carta de anuência não apenas pela Assistência Social, mas também pelo Conselho, a fim de garantir uma colaboração eficaz na promoção de produtos agroecológicos. O Sr. Manuel Santos fez uma sugestão em relação ao Plano Safra,

destacando a importância de incluir medidas que apoiem as feiras dos pequenos agricultores da Agricultura Familiar. Ressaltou que essas feiras são essenciais como uma contraposição às feiras do agronegócio. Enfatizou que essas feiras não se limitam à venda, mas também promovem a troca de saberes e sementes, além de manter viva a produção agrícola. O Sr. Manoel trouxe a proposta de adaptar o CAF aos pescadores, visto que esse grupo não possui terras, como na agricultura familiar. Pontuou que em alguns casos é necessário se passar por agricultor para poder ter direito ao CAF. Também enfatizou que é muito comum a privatização dos locais de desembarque, por isso a importância de ter um instrumento legal para os pescadores artesanais. O Sr. Manuel Antônio expressou sua opinião sobre o Plano Safra e destacou a importância de incluir novas diretrizes, bem como de fazer funcionar as políticas existentes. Deu exemplos de políticas que não estão funcionando conforme o esperado, como a compra institucional de produtos da Agricultura Familiar por órgãos públicos. Ressaltou a importância de políticas tendo mecanismos de controle e avaliação para garantir sua eficácia. Também trouxe a necessidade de incluir outros povos e comunidades tradicionais como beneficiários do Pronaf, observando que alguns grupos não têm acesso adequado a esses programas devido a barreiras burocráticas. A Sra. Fernanda Machiaveli retomou a palavra e abordou questões relacionadas ao acesso à terra, crédito fundiário e inclusão produtiva. Apresentou a existência de planos e decretos prontos para tratar da reforma agrária e destacou a importância de abordar essas questões em eventos específicos. Além disso, enfatizou o papel fundamental do fomento na inclusão produtiva, especialmente o fomento voltado para mulheres e jovens. Apontou que a questão do acesso à terra foi ressaltada como uma prioridade, assim como a necessidade de mobilizar recursos e estruturar os mercados produtivos. Enfatizou a importância de trabalhar em parceria com a assistência técnica, sindicatos e organizações dos campos, além de destacar a necessidade de mudar a atenção dos gerentes de bancos para promover políticas mais inclusivas. Trouxe a questão dos maquinários agrícolas e destacou a importância de um processo de construção participativa na escolha e adaptação dos equipamentos. Disse que envolve a simplificação e desburocratização dos processos, bem como a importância do CAF como ferramenta para identificar e atender a diversidade do público da Agricultura Familiar. Colocou que a iniciativa de realização de mutirões para emissão do CAF no Rio Grande do Norte foi mencionada como parte dos esforços para simplificar e desburocratizar o processo. Fez um pedido para que o CAF fosse defendido, pois ele é fundamental para identificar e planejar políticas para a agricultura familiar. Por fim, falou sobre a necessidade de trabalhar de forma conjunta e destacou a importância de compensar o Plano Safra, tornando-o mais adequado para culturas com diferentes tempos e características. Enfatizou o desafio de garantir que as linhas de crédito destinadas à agricultura familiar tenham prioridade nos bancos e garantiu que não vai esquecer das questões sobre o bode. A Sra. Mazé agradeceu aos integrantes da Mesa pelas falas e encerrou passando a palavra para a Presidenta Elisabetta Recine dar continuidade à Plenária. Antes de iniciar a próxima Mesa, a Presidenta convidou o Sr. Dourado Tapeba, Coordenador da CP6, para fazer uma pequena fala sobre o Marco Temporal. O Sr. Dourado enfatizou que, do ponto de vista dos povos indígenas, o Marco Temporal não existe. Enfatizou que a Constituição Federal não faz menção a um Marco Temporal, mas garante

os direitos dos povos indígenas, incluindo o direito à demarcação de terras e à preservação cultural. O Coordenador da CP6 destacou que o atual Governo tem representantes indígenas em cargos de destaque, como o Ministério dos Povos Indígenas e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Ressaltou que os indígenas estão demonstrando sua capacidade de gerenciar seus próprios espaços e direitos. Também criticou a tentativa de imposição do Marco Temporal pelos interesses do agronegócio. Por fim, enfatizou a importância de manter a luta pelos direitos indígenas. Após a fala de Dourado, a Presidenta fez a leitura de um texto escrito pela Sra. Sandra, que não pôde estar presente por problemas de saúde: *"No Brasil nós temos um milhão de famílias assentadas, dessas, 400 mil fazem parte da base do MST com representação em 1200 municípios, com a compreensão de que é preciso organizar a produção, e que o principal objetivo da reforma agrária é a produção de alimentos saudáveis para combater a fome e há bastante abastecer o mercado interno ele tem organizado aproximadamente 1900 associações 185 cooperativas mais de 130 agroindústrias organizadas em todo o Brasil está em processo de organização de 17 cadeias produtivas, e produz 42 mil toneladas de arroz orgânico por ano, aproximadamente 7,5 milhões de litros de leite por dia, produz mais de mil toneladas de feijão, além da produção para auto sustento e para comercialização na feira Nacional da reforma agrária que aconteceu recentemente em São Paulo. Foram expostos 1600 itens produzidos nas áreas do MST desde o início da pandemia, por meio das campanhas de solidariedade, o MST doou mais de 9 mil toneladas de alimentos e 2 milhões de marmitas para pessoas e famílias inteiras em situação de fome e insegurança alimentar, em todas as regiões do Brasil. Hoje o MST é alvo de uma CPI que tem o objetivo explícito de criminalizar o movimento e enquanto Consea, nós queremos reconhecer a grande contribuição do MST na preservação da Agrobiodiversidade e diversidade na preservação e multiplicação das sementes crioulas e na construção cotidiana da soberania e segurança alimentar e nutricional".* **Ponto de Pauta: Diretrizes para uma Política Nacional de Abastecimento Alimentar garantidora do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)**. O Sr. Anderson Amaro (Movimento de Pequenos Agricultores) argumentou que a abordagem correta é considerar o abastecimento como um conjunto diversificado de atividades que envolvem a produção, acesso e consumo de alimentos, com a participação de diversos atores. Afirmou que uma política de abastecimento baseada na soberania, segurança alimentar e direito à alimentação deve promover tanto o acesso a alimentos saudáveis como a produção de alimentos provenientes da agricultura familiar diversificada e ecológica. Destacou a integração nacional dos mercados. No entanto, ressaltou que uma política de abastecimento deve prestar atenção especial à redistribuição espacial da produção de alimentos. Considerou que o grande desafio é enfrentar a fome com alimentos de verdade e que, portanto, isso implica em conectar o combate à fome com a disponibilidade desses alimentos, através da articulação entre transferência de renda e políticas públicas. Além disso, ao longo dos anos, apontou que houve um grande número de iniciativas da sociedade civil, envolvendo agricultores, consumidores e outros, relacionadas ao abastecimento. No entanto, disse que essas iniciativas são altamente fragmentadas e carecem de apoio público e, deste modo, uma política de abastecimento eficaz deve mapear essas iniciativas e fornecer o apoio necessário. No que diz respeito aos

temas de produção, cadeias de suprimentos, circuitos de distribuição e territorialidade, enfatizou a importância de considerar a distribuição espacial da produção de alimentos no Brasil. Trouxe também a importância de articular os programas existentes, como Pronaf, PNAE e PAA com uma ótica de abastecimento. Destacou a importância de potencializar os agricultores para eles poderem participar das feiras e participar do mercado privado e acredita que isso é um nó que tem que ser desatado; e que o Brasil carece de uma boa análise da Matriz de preço dos alimentos. Do ponto de vista do convidado, a esfera principal das ações de abastecimento é a local, especialmente as ações realizadas pelos municípios. No entanto, observou que essas iniciativas locais não podem prosperar por conta própria. Mesmo que existam casos bem-sucedidos de abastecimento promovidos por municípios, enfatizou que essas iniciativas precisam de apoio federal para funcionar de maneira eficaz. Isso inclui capacitação, recursos financeiros e um certo grau de articulação entre as diferentes esferas do Governo. Disse que vê como uma questão de chamar a rede de gestores de abastecimento municipais, capacitá-los e fornecer o apoio necessário. O Sr. Silvio Porto (Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab/MDA) começou destacando a importância de considerar tanto a produção quanto o consumo ao discutir o abastecimento. Concentrou-se na perspectiva do consumo, mencionando que a saúde e o atendimento universal à população brasileira, especialmente àqueles com renda de até dois salários mínimos, são desafios essenciais. Além disso, enfatizou a necessidade de abordar questões relacionadas à concentração produtiva, à distribuição de alimentos, à padronização do consumo em grandes redes de supermercados e aos problemas causados pelo alto consumo de produtos ultraprocessados. Argumentou que esses elementos são fundamentais para uma discussão sobre uma Política Nacional de Abastecimento. O Secretário reforçou que é importante prestar atenção no contexto do abastecimento interno, para a produção de alimentos saudáveis, comida de verdade, agroecológica, onde a agricultura familiar camponesa e povos e comunidades tradicionais, povos indígenas são a base dessa diversidade e são a base e a riqueza da nossa alimentação. Disse que é fundamental que haja, nesse processo de construção da Política, uma articulação para além do MDA, incluindo o Ministério da Agricultura, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério dos Povos Indígenas e o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Secretário reforçou o desafio dos dias atuais em que a fome voltou, o desemprego, a economia informal e a baixa remuneração dos trabalhadores, e com isso disse que é importante fazer com que alimentos de qualidade, sobretudo frescos e in natura, cheguem e sejam incorporados ao hábito alimentar, ao dia a dia da cultura alimentar e principalmente rompendo o grande problema, que é a questão do acesso pela renda. O Secretário expressou uma preocupação em relação aos processos de diálogo que visam estabelecer parcerias com as grandes redes de supermercados. Considerou um equívoco, pois, embora possa haver oportunidades para a comercialização da Agricultura Familiar dentro dessas redes, as ações dessas grandes redes que desestruturam as economias regionais são mais amplas e prejudiciais. Portanto, argumentou que a regulação deve ser muito mais abrangente do que apenas discutir o tamanho das lojas. O Sr. Anderson Amaro (Movimento de Pequenos Agricultores) citou as diretrizes que estão guiando a construção de estratégias para o enfrentamento do combate à fome: a primeira diretriz é

ter como base de desenvolvimento a realidade dos povos das águas e das florestas. Apontou que é necessário não só o avanço na produção dos alimentos de verdade, da comida de verdade, nos territórios dos agricultores familiares tradicionais, mas é preciso avançar também na realidade dos povos das águas e das florestas também. Expôs que, quando se pensa em política pública, não é levada em consideração a diversidade, que é a realidade do Brasil, então é importante pensar na diversidade e na realidade de cada região do país. Também disse ser necessário construir uma unidade de luta por territórios e pensar nas mudanças climáticas, que é um elemento transversal cada vez mais presente na realidade no povo brasileiro e que impacta diretamente os setores produtivos. Outro ponto importante abordado é que o abastecimento popular deve ser calcado na agroecologia, apontando que as outras diretrizes são as da economia da sociobiodiversidade, a pauta antirracista e as questões que envolvem a saúde pública. Disse que outro ponto que tem dialogado com estas diretrizes é a construção de uma rede popular de abastecimento e acesso alimentar, mas para isso é necessário ter um olhar voltado para os equipamentos já existentes, um olhar para a logística e ter a participação tanto de produtores quanto de consumidores. A Presidenta do Consea agradeceu a fala dos convidados e passou as instruções sobre as discussões das CPs, após isso, faz uma síntese do que foi discutido e passou a palavra para o fechamento. O Sr. Renato Maluf (CERESAN/UFRRJ e ex-Presidente do Consea) informou que o MDS começou um desenho de uma proposição de uma nova cesta básica de alimentos pensando a partir das premissas da alimentação saudável de forma regionalizada, e que essas proposições serão trazidas ao Consea para que essa formulação avance. O Sr. Silvio Porto (Diretor de Política Agrícola e Informações da Conab/MDA) enfatizou que o Brasil enfrenta vários dilemas e deseja avançar, especialmente no que diz respeito ao direito à alimentação adequada e alimentos de qualidade para todos. Para alcançar esse objetivo, disse que é fundamental reduzir a desigualdade social e promover uma agroecologia efetiva. Argumentou que a efetivação da agroecologia depende do fortalecimento do papel do Estado na implementação de políticas de transição ecológica. Destacou que a rede de abastecimento popular de alimentos só pode ser eficaz se cada participante entender o seu papel, e que isso inclui o papel do Estado em cumprir determinadas funções, mas também reconhece que, devido a limitações, não será possível viabilizar todas as políticas públicas necessárias. Nesse sentido, pontuou que a sociedade civil também deve desempenhar um papel importante na construção dessa rede de abastecimento. A Sra. Elisabetta Recine fez os informes sobre as reuniões das CPs e finalizou a Plenária. **Ponto de Pauta: Sessão Plenária sobre o Plano Brasil Sem Fome**. No dia seguinte, 14 de junho de 2023, a Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, saudou a todos e deu continuação à Plenária. **Ponto de Pauta: Devolutiva sobre a Recomendação nº 01/2023/CONSEA sobre o Plano Brasil Sem Fome**. Passou os informes importantes sobre o andamento do evento e passou a palavra para a Secretária Extraordinária do Combate à Fome do MDS, Sra. Valéria Burity, que resgatou como chegou à situação atual do Plano Brasil Sem Fome e apresentou informações gerais sobre a primeira Recomendação do Consea. Essa Recomendação inicial foi para o pacto, que na época era chamado de "Pacto Contra a Fome" e agora é conhecido como "Brasil Sem Fome". Para chegar a esse ponto, houve uma revisão dos documentos do Programa Fome Zero e Brasil Sem Miséria, bem

como a análise de documentos das Nações Unidas e a consulta a especialistas no combate à fome. Posteriormente, foram realizadas várias reuniões bilaterais com os ministérios, especialmente com a Caisan. Apontou que a primeira estrutura e proposta para o Plano de combate à fome foram desenvolvidas a partir dessas consultas com os ministérios. Depois, informou que houve uma reunião no Pleno Executivo da Caisan, seguida pela primeira Plenária do Consea. Disse que hoje existe uma proposta com três eixos, onde o primeiro é voltado à renda e proteção e produção social, um segundo eixo de alimentação adequada e saudável da produção ao consumo e um terceiro eixo de mobilização e participação social. Até o momento, apontou que o Governo mantém a perspectiva de que, apesar das experiências anteriores no combate à fome e à pobreza, o país está enfrentando um novo momento. Foi enfatizada a importância de combater a fome, reduzir as desigualdades, garantir uma alimentação adequada e saudável, promover uma abordagem diferente na produção de alimentos e lidar com a crise climática. Destacou que o Governo reconhece que o atual momento representa uma séria crise ambiental e está levando essa questão em consideração em suas políticas e ações. A Secretária traz então os próximos passos no processo de implementação do "Brasil Sem Fome": após as discussões realizadas, as informações serão sistematizadas e incorporadas à proposta do "Brasil Sem Fome". Colocou que os ministérios irão revisar suas ações e estratégias, definindo o que será incluído no programa. Disse que uma reunião prévia do Pleno ministerial da Caisan está agendada, na qual a estrutura do "Brasil Sem Fome" será apresentada. Após essa etapa, comentou que o programa será lançado oficialmente na segunda quinzena de julho. Em relação à primeira Recomendação do Consea, falou que continha uma série de propostas relacionadas ao Plano Brasil Sem Fome, apontando que o Plano tinha como objetivo reunir ações emergenciais e estruturais no combate à fome e que as Recomendações que não pudessem ser contempladas agora nesse momento, por uma questão orçamentária, seriam inseridas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan). Foi destacado que medidas para prevenir conflitos de interesse seriam adotadas para mobilizar efetivamente a sociedade em apoio ao Brasil Sem Fome, e que um grupo na Caisan foi instituído para discutir conflitos de interesse e desenvolver instrumentos relacionados, o que orientará todo o processo de mobilização do Brasil Sem Fome. Apontou que a segunda Recomendação enfatizou a importância de considerar as particularidades dos diferentes grupos sociais aos quais se destina o Plano Brasil Sem Fome. Disse que esse processo está em andamento durante a mobilização dos ministérios, e que estão sendo identificados os públicos mais afetados pela fome, como mulheres negras, pessoas em situação de insegurança hídrica, trabalhadores informais, agricultores familiares, povos indígenas, entre outros. Relatou que os ministérios estão sendo instados a incluir metas específicas para atender a esses grupos. Além disso, apontou que a Recomendação inclui a consideração das questões de raça, gênero, geração e identificação de povos e comunidades tradicionais, não apenas nas ações do Plano, mas também no monitoramento que está sendo desenvolvido com base nesses critérios. Disse que foi recomendado também a abordagem de Economia popular e solidária, que contemplasse também medidas necessárias para simplificar o fomento, o acesso de produtores familiares, a assistência técnica e extensão rural, e as medidas para desburocratizar e facilitar o acesso

de produtos familiares às chamadas públicas. Pontuou que várias ações relacionadas ao combate ao racismo estão previstas no Plano, embora a questão da violência de gênero ainda não esteja completamente abordada. Afirmou que as estratégias e ações estão sendo desenvolvidas em outros Planos de Governo e estratégias do Governo Federal. Disse que algumas Recomendações do Consea ainda estão aguardando resposta de alguns ministérios, como a inclusão do direito à alimentação no currículo escolar, que está em discussão no Ministério da Educação. Segundo a Secretária, outras medidas, como a expansão das escolas de tempo integral, estão sendo debatidas quanto à sua inclusão no Plano Brasil Sem Fome ou em outro Plano. Apontou que a equipe está em diálogo com o Ministério dos Povos Indígenas para entender o progresso na retomada da carteira indígena, que foi outra Recomendação do Consea. No geral, disse que a maioria das Recomendações do Conselho foi incorporada em grande medida no desenho e na proposta do Plano Brasil Sem Fome. Comentou que a equipe está comprometida em fornecer informações para monitorar a efetiva implementação dessas Recomendações na prática. **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 1)**. A Sra. Kelly Alves, Coordenadora-Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, iniciou a fala esclarecendo um pouco da organização dos três eixos. Disse que cada eixo tem um objetivo geral e que dentro dos eixos foram elencados os principais desafios. Para cada desafio, disse que foram construídas estratégias prioritárias e as ações que vão colocar em prática essas estratégias. Quanto ao eixo 1: Renda e Promoção Social, apontou que o objetivo geral desse eixo é identificar a população em situação de insegurança alimentar e nutricional, e apoiar o seu acesso às políticas públicas que proporcionam renda proteção e promoção social. Comentou que o grande foco desse eixo é a interdependência dos direitos humanos, para garantir o direito humano à alimentação adequada, é necessário garantir o acesso das pessoas a outros direitos sociais. Então, disse que esse eixo foca em ações relacionadas aos sistemas de proteção e promoção social. Pontuou que o primeiro grande desafio desse eixo é o contingente de população em situação de fome, pobreza e outras vulnerabilidades sem acesso aos serviços de sistema de proteção e promoção social. Apontou que a cobertura desses sistemas ainda não consegue acolher todo esse contingente de população em situações de vulnerabilidade. Então, afirmou que as duas grandes estratégias elencadas para esse eixo foram criar e fortalecer mecanismos e processos de identificação, mapeamento e territorialização dos grupos mais afetados pela fome e pela insegurança alimentar e nutricional, e, a partir desse mapeamento, orientar a implementação, a implantação e o fortalecimento dos equipamentos, programas e serviços de proteção e promoção social para esses territórios mapeados. Disse que o público prioritário do Brasil Sem Fome está inserido nos programas de acesso a alimentos, de transferência de renda e de inclusão produtiva. Para ser possível colocar em prática essas estratégias, apontou que as principais ações dizem respeito a como qualificar o Cadastro Único, como ampliar a inclusão dessas pessoas desse público prioritário no Cadastro Único, identificar de forma melhor os territórios e públicos prioritários do Brasil Sem Fome, criar uma plataforma integrada de informações sociais com dados dos programas sociais agrupados e compatibilizados. Disse que o segundo desafio nesse eixo é a questão do desemprego, informalidade, inflação e dificuldade de acesso a benefícios previdenciários, que tem

reduzido a renda disponível da população mais pobre e o que compromete a segurança alimentar dessas famílias. Apontou que a estratégia para superar esse desafio é construir estratégias para garantir o acesso ao trabalho e a renda pela população mais pobre e as principais ações políticas de valorização do salário mínimo e do novo Bolsa Família, a capacitação dos beneficiários do programa Bolsa Família e a articulação para integração de impostos de trabalho gerados pelos investimentos públicos, economia solidária e inclusão produtiva, a inclusão previdenciária e a garantia do acesso ao benefício de prestação continuada. Colocou que o desafio 3 está nos sistemas públicos fragilizados pelo sub-financiamento e desarticulados no território. Então, disse que as estratégias para superar esse desafio são promover a integração e articulação dos sistemas em âmbito territorial (SUS, SUAS e o Sisan), no atendimento às demandas da população em insegurança alimentar e nutricional, e expandir progressivamente a cobertura e a capacidade de atendimento desses três sistemas públicos com disponibilidade orçamentária e critérios definidos nas instâncias de pactuação desses três sistemas. E destacou que as ações principais para atingir essas estratégias são a implementação de um protocolo integrado entre os serviços do SUS, do SUAS e do Sisan, para fazer de forma mais ágil e efetiva e identificação, o atendimento, o encaminhamento e o acompanhamento das situações de insegurança alimentar e nutricional nos territórios. Entre as Recomendações do Consea, frisou que uma delas envolve a ampliação da triagem do risco de insegurança alimentar e nutricional no SUS, onde disse que essa ação está sendo desenvolvida em conjunto com a gestão do SUAS e do Sisan. Apontou que a segunda ação é a retomada e o fortalecimento do cofinanciamento federal para o SUAS, destacando que isso é considerado urgente para ampliar a rede de centros de referência em assistência social e centros especializados em assistência social. Disse que a terceira ação está relacionada à expansão da cobertura dos serviços de atenção primária à saúde, sendo o nível de atenção mais disseminado no território do SUS. Colocou que isso inclui investimentos federais para aumentar não apenas o número de profissionais médicos, mas também equipes multiprofissionais, equipes para populações vulneráveis, como as equipes de consultório na rua, equipes de saúde no sistema prisional e financiamento adicional para equipes de saúde bucal. Informou que a quarta ação aborda o redesenho do incentivo financeiro para as ações de alimentação e nutrição no SUS; que esse incentivo financeiro existe desde 2006, mas atualmente é repassado com base apenas no tamanho da população dos municípios. Ou seja, destacou que o quarto desafio do eixo 1 é reduzir as desigualdades expressas na incidência mais acentuada da fome e da insegurança alimentar e nutricional em determinados grupos e territórios. Então, disse que as estratégias propostas para esse eixo de atuação é que toda a construção dessa grande agenda de combate à fome tenha como foco a equidade de raça e de gênero; deste modo, isso é uma questão que vai perpassar todas as ações que os ministérios irão desenvolver, com a redução da sobrecarga de trabalho e de cuidado que recai sobre as mulheres e com ações articuladas que as tenham como público prioritário. Então, destacou, dentro dos públicos prioritários do Brasil Sem Fome a questão das mulheres tem sido reforçada e também foi recomendada que fosse incluída entre as ações do eixo 1. **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 2)**. A Sra. Marina Lima, Secretária-Executiva Adjunta do MDA, trouxe informações sobre o Eixo

2, que trata da alimentação adequada e saudável. Discorreu sobre ter sido elaborado em colaboração entre o MDA, MDS e o Ministério da Saúde, onde o MAPA também contribuiu com algumas ações que ainda estão em processo de construção. Segundo a Sra. Marina Lima, esse eixo visa assegurar que a população em situação de insegurança alimentar e nutricional tenha acesso a uma alimentação adequada e saudável, promovendo a produção sustentável de alimentos com base nos princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira. Dentro deste eixo, disse que foram identificados desafios, sendo o primeiro deles o aumento da insegurança alimentar em populações urbanas, principalmente nas regiões norte e nordeste, e em domicílios chefiados por mulheres e pessoas negras. Disse que os dados provenientes da Vigisan mostram que a insegurança alimentar varia de acordo com a localização, com o gênero e com a raça. Nesse contexto, destacou que uma estratégia foi formulada para mitigar a insegurança alimentar, que envolve o fortalecimento, a expansão, a qualificação e a organização da rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, no âmbito do Sisan. Além disso, enfatizou que há ações relacionadas à distribuição de alimentos, principalmente a cargo do MDS. A Sra. Lilian Rahal, Secretária Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, abordou que, dentro do primeiro desafio relacionado à insegurança alimentar, estão sendo estabelecidos novos critérios para a execução da ação de distribuição de alimentos, que inclui parcerias com a Defesa Civil, com a Funai e com o Ministério da Igualdade Racial. Segundo a Secretária, isso se aplica a situações emergenciais de desnutrição e fome, tanto em razão da insegurança alimentar permanente, principalmente entre povos indígenas e comunidades tradicionais, quanto em situações de emergências climáticas e desastres naturais. Apontou que uma regulamentação está sendo desenvolvida para permitir a doação de alimentos de acordo com uma lei de 2003. Além disso, disse estar ocorrendo o credenciamento de cozinhas para inclusão nas políticas de segurança alimentar, possibilitando que elas recebam alimentos do PAA e da Rede Brasileira de Bancos de Alimentos. Assim, informou que uma articulação está em andamento para integrar os equipamentos de segurança alimentar e nutricional, bem como as cozinhas solidárias, aos circuitos curtos de produção da Agricultura Familiar no ambiente urbano. A Sra. Lilian Rahal apontou que essa integração abrange os pontos 2, 3 e 4, com foco nas cozinhas solidárias no ponto 2, equipamentos públicos e sociais de segurança alimentar e nutricional no ponto 3, e uma abordagem organizada para atender diversas situações e vazios alimentares no ponto 4; sendo que o ponto 5 envolve a destinação de áreas públicas nas cidades para a instalação de equipamentos públicos de segurança alimentar, uma estratégia a ser articulada durante a implementação do Brasil Sem Fome. A Sra. Marina Lima explicou que, no desafio 2 do eixo 2, o foco está na redução da área plantada e na estagnação da produção de alimentos básicos, como arroz e feijão, juntamente com o estímulo à produção de alimentos com uma abordagem de transição agroecológica e a redução do uso de agrotóxicos. Acrescentou que as estratégias incluem a retomada, qualificação e ampliação dos programas de apoio à agricultura familiar para aumentar a produção sustentável de alimentos saudáveis e a disponibilidade interna desses alimentos. Outra ação destacada dentro dessa estratégia envolve o PAA para fomentar a agricultura familiar e aumentar a produção de alimentos. Disse que há uma tentativa de ampliação das compras públicas por meio do PAA, seja por compras com doação simultânea

ou por compra institucional. Colocou que um acordo de cooperação está sendo costurado com vários ministérios e está previsto o aumento do valor destinado ao PNAE, o que resultará em mais recursos para a compra de alimentos da agricultura familiar. Com o objetivo de ampliar a produção de alimentos e diversificá-los, com ênfase na transição agroecológica, apontou que estão sendo planejadas ações de assistência técnica para capacitar os profissionais que atuam nesse campo, com foco em agroecologia e produção orgânica. Também disse que está previsto o aumento do benefício que visa a produção de equipamentos, máquinas e implementos adaptados às necessidades da agricultura familiar. A Sra. Marina Lima citou as estratégias estabelecidas para o enfrentamento do desafio que trata das desigualdades no acesso, na oferta e no consumo dos alimentos saudáveis, a existência dos desertos alimentares, a inflação de alimentos e a concentração de insegurança alimentar nas periferias das grandes cidades. Apontou que existe também o desafio que trata da garantia de acesso à terra e aos territórios e a convidada aproveitou para trazer algumas ações da reforma agrária que serão lançadas. Outro desafio demonstrado foi a coexistência de diferentes formas de má nutrição, incluindo desnutrição e obesidade, em grupos vulneráveis, devido ao aumento da insegurança alimentar e nutricional, bem como ao consumo de alimentos ultraprocessados em detrimento de uma alimentação saudável. Como estratégia para abordar esse problema, disse que está prevista a ampliação da divulgação de diretrizes para alimentação saudável, incorporando-as em todas as dimensões das políticas de segurança alimentar e nutricional, incluindo a alimentação escolar, a distribuição de cestas básicas, a oferta de alimentos nos equipamentos públicos, a alimentação do trabalhador, entre outras iniciativas. Além disso, apontou que a revisão da composição da cesta básica é considerada uma estratégia intersetorial para prevenir a obesidade. **Ponto de Pauta: Apresentação da proposta do Plano Brasil Sem Fome (Eixo 3)**. O Sr. Flávio Schuch, Assessor Especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, pontuou que, a partir do objetivo geral, foram derivados dois grandes desafios: fortalecer a participação social nas ações de enfrentamento à fome e fortalecer a mobilização social e institucional. Pontuou que vários Conselhos estão sendo retomados, buscando incorporar as políticas públicas e absorver a experiência da sociedade. Assim, disse que foram propostas quatro estratégias para o enfrentamento dos desafios: (i) reconhecer as iniciativas da sociedade de combate à fome; (ii) apoiar os movimentos sociais, sindicais, redes e organizações que desenvolvem ações de combate à fome; (iii) realizar uma comunicação em massa que seja capaz de mobilizar a sociedade; e, (iv) realizar os processos de educação popular. Dessas estratégias, relatou que foram derivadas ações como: Instalação da rede nacional de iniciativas para o enfrentamento à fome; os chamamentos públicos para ações de capacitação e segurança alimentar nutricional; e, a sugestão de um prêmio nacional de incentivo de iniciativas de combate à fome. Disse que o eixo 2, que visa fortalecer a mobilização social, teve duas estratégias sugeridas: fortalecer e consolidar as instâncias do Sisan para garantir resiliência e evitar retrocessos. Segundo o Assessor, dessas estratégias derivam algumas ações sugeridas, a saber: A reinstalação do Consea, a 6ª Conferência já está convocada, a Caisan já está estruturada e funcionando com seus grupos de trabalho, o 3º Plansan, o planejamento participativo e as conferências de outros setores discutindo o tema da fome. A Sra. Valéria

Burity (Secretária Extraordinária do Combate à Fome do Ministério do Desenvolvimento Social) falou sobre o monitoramento da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil. Mencionou uma parceria com o IBGE para realização de uma pesquisa que forneceu dados de 33 milhões de pessoas. Além disso, disse que pretendem expandir a análise do Cadastro Único para identificar a insegurança alimentar em toda a população, não apenas em crianças de 0 a 5 anos. Destacou que haverá um grupo composto por vários ministérios responsável por acompanhar os programas e as ações relacionados ao Brasil Sem Fome. Disse que o planejado é iniciar parcerias com outros poderes e entidades federativas após a definição do Plano do Governo Federal. A Secretária mencionou que estão dialogando com a Corregedoria Nacional de Justiça para direcionar recursos provenientes de multas aplicadas em processos judiciais para ações de combate à fome e fortalecimento da sociedade civil. Pontuou que esperam receber recomendações importantes durante a discussão do terceiro eixo e estão empenhados em atender essas sugestões da mesma forma como fizeram com as anteriores. Destacou a mobilização da Caisan para a participação no Consea com a presença de vários ministérios e agradeceu a colaboração de todos os envolvidos, especialmente à Secretaria Extraordinária de Combate à Fome pelo esforço dedicado na construção do plano participativo. Com o fim das apresentações, o debate foi aberto à Plenária. **Ponto de Pauta: Debate em Plenária**. A Sra. Júlia expressou sua satisfação ao ouvir as informações apresentadas e parabeniza pelo conjunto de dados compartilhados. Em seguida, levantou algumas questões pontuais. Primeiramente, destacou a importância de ter dados atualizados para avaliar o impacto das políticas, mencionando a necessidade de informações mais recentes do início do ano, especialmente para analisar os efeitos do Bolsa Família e do PAA. Ressaltou a relevância do SISPA na área da saúde e questionou se ainda está sendo utilizado. Além disso, questionou sobre as instituições beneficiárias do PAA, mencionando a importância da mobilização social nesse processo e a necessidade de avaliar as restrições impostas às entidades do CNAS. Por fim, abordou o desafio enfrentado no mercado institucional em relação à compra de produtos da Agricultura Familiar, sugerindo a necessidade de pensar em soluções para viabilizar o abate e introdução da carne nesses mercados. A Sra. Nathalie (INESC) começou expressando sua emoção por estar presente, lembrando sua longa história na área desde a época do Consea em 1992. Elogiou o esforço em andamento e destacou a presença significativa de mulheres na Mesa, valorizando a representação feminina. No entanto, compartilhou duas preocupações. Em primeiro lugar, lamentou a falta de um anúncio imediato de um programa emergencial de combate à fome, enfatizando a importância de uma mobilização nacional urgente, especialmente diante da ausência de resposta sobre o Bolsa Família até julho. Em segundo lugar, expressou sua inquietação sobre a relação entre o Brasil Sem Fome e o Plansan. Questionou como o Governo planeja lidar com a coexistência de duas estruturas paralelas, relembrando experiências anteriores com o Brasil Sem Miséria e o Plansan, onde as energias foram dispersas em Planos diferentes devido à escassez de recursos. Pediu esclarecimentos sobre como o Governo pretende resolver essa situação ao convocar uma Conferência para estabelecer diretrizes e construir um novo Plano. O Sr. Edgard Moura elogiou o esforço coletivo e mencionou a necessidade de avançar em questões importantes, como hortas comunitárias e quintais produtivos, especialmente

para famílias negras, destacando a importância de acelerar o processo de transferência de áreas de interesse social para a agricultura familiar. Também enfatizou a urgência na questão da titulação de comunidades tradicionais, que costuma levar décadas, e pediu intervenção do Governo para acelerar esse processo. Além disso, o Sr. Edgar destacou a necessidade de maior interlocução com a Política nacional da população negra na área da saúde e apelou por ações afirmativas para combater o racismo e a desigualdade. Propôs que o prêmio nacional de combate à fome aborde questões de enfrentamento ao racismo, desigualdade de gênero e LGBTQIA+. O Sr. Edgar também pediu por avanços nas cotas para representação da população negra nos departamentos do Governo, lembrando a importância de representar os cidadãos mais vulneráveis. Finalizou agradecendo e reforçando a necessidade de ações concretas para combater o racismo e a desigualdade no Governo. A Sra. Elisabetta Recine destacou a importância de articular a comunicação do guia alimentar com processos de educação popular, reconhecendo que a comunicação sozinha não é suficiente e precisa ser integrada com a educação. Ressaltou a necessidade de explicitar nos diferentes eixos como as ações de mobilização e participação social estão sendo incorporadas nas políticas públicas, especialmente nos sistemas de saúde e assistência social, garantindo que a participação esteja presente na prática dos profissionais que implementam as políticas. A Sra. Elisabetta Recine também enfatizou a importância de articular o Brasil Sem Fome com outros Conselhos e explicitar as estratégias de participação e controle social nos diferentes sistemas de políticas públicas. Destacou a necessidade de sensibilizar os profissionais para incorporar o diálogo com as pessoas atendidas em suas práticas e pediu que o papel do Consea como estrutura de controle social do Sisan seja explicitado no processo de monitoramento do Brasil Sem Fome. O Sr. Írio Conti elogiou o exercício democrático realizado e expressou apoio às informações apresentadas pela Sra. Valéria Burity da Caisan. Sugeriu que relatos como esse sejam mais frequentes, considerando-os democráticos e educativos para todos. O Sr. Írio Conti destacou a importância da interdependência dos direitos humanos no Plano de Governo, propondo que essa ideia seja incluída na introdução do Plano para uma compreensão mais abrangente. Também sugeriu uma revisão na estratégia do segundo eixo, defendendo uma abordagem mais ampla que englobe diversas formas de agricultura, não apenas a Agricultura Familiar, para contemplar as diferentes questões relacionadas à agricultura de subsistência e autossustento. No terceiro eixo, o Sr. Írio Conti destacou a necessidade de fortalecer a relação com o Ministério Público e as Defensorias Públicas, especialmente no contexto da mobilização social. Sugeriu uma maior articulação com essas entidades para abordar questões legais e sociais de forma mais eficaz. A Sra. Kota Mulangi expressou sua mistura de sentimentos ao observar os desafios enfrentados. Elogiou o trabalho realizado, mas também compartilha a angústia diante da complexidade da realidade. Destacou a necessidade de reconhecimento das diferenças e respeito às vozes das diversas comunidades durante as Conferências, ao invés de apenas haver a mobilização e a participação. A Conselheira mencionou a falta de destaque para a questão da fome na Conferência Nacional de Saúde e propôs uma disputa por espaço e visibilidade para o tema nesses eventos. Reivindicou o reconhecimento dos sistemas complementares ao SUS, especialmente nas comunidades tradicionais, e enfatizou a importância de incluir as áreas

com trabalho análogo à escravidão no contexto da reforma agrária. Além disso, lamentou a ausência do Ministério de Direitos Humanos no diálogo sobre direitos humanos e alimentação, apontando a falta de envolvimento desse ministério no processo. Destacou a necessidade de ações concretas para abordar essas preocupações e encerrou sua intervenção agradecendo. A Sra. Jônia Rodrigues mencionou que foi interessante ouvir o relato sobre como as Recomendações foram atendidas, mesmo as mais desafiadoras, como aquelas relacionadas à reforma agrária e às questões territoriais. Destacou o Eixo 3, que trata da participação e mobilização social, especificamente no que diz respeito à formação. A sugestão apresentada foi que a formação seja realizada de forma colaborativa com a sociedade civil, que possui expertise em educação popular, e que possa envolver a participação das universidades. A ideia exposta é que a formação não seja exclusivamente uma iniciativa do Governo, mas um processo participativo que fortaleça o envolvimento da sociedade na formação. A Sra. Tatiana Fávaro compartilhou algumas sugestões e preocupações. Destacou a importância de garantir que as cozinhas solidárias não se transformem em equipamentos comerciais, enfatizando a necessidade de uma supervisão rigorosa para evitar essa transformação. A Sra. Tatiana Fávaro também sugeriu um diálogo com o Incra para fortalecer o Pronera, visando combater a insegurança alimentar por meio da formação de camponeses em diversas áreas, como agroecologia, nutrição e economia, para incentivar o retorno ao campo. Mencionou a dificuldade de traduzir as discussões e ideias apresentadas em níveis estaduais, como em Alagoas, onde ela faz parte do Consea. A Sra. Vanessa Schottz parabenizou o esforço de articulação e destacou a importância desse diálogo intersetorial na construção do enfrentamento da fome. Mencionou a necessidade de uma maior articulação entre o Brasil Sem Fome, o Plansan e o Plano Safra. A Sra. Vanessa Schottz também ressaltou a importância de incorporar a proposta de permitir que a PGPMBio faça aquisições de alimentos, especialmente alimentos da sociobiodiversidade. Sugeriu uma maior explicitação no eixo 3 em relação à estrutura do Sisan e ao envolvimento da participação social no monitoramento e execução de políticas públicas. Também questionou se estão sendo consideradas estratégias de indução para estados e municípios na adoção de programas e políticas públicas de combate à fome. Além disso, mencionou a importância do fomento e do autoconsumo como estratégias cruciais para enfrentar a fome, especialmente para grupos que não conseguem acessar o crédito. A Sra. Vanessa Schottz questionou sobre a rede nacional proposta para o combate à fome e reforçou a necessidade de ações estratégicas para reduzir o alto consumo de ultraprocessados como parte da garantia da segurança alimentar e do enfrentamento da fome. A Presidenta do Consea agradeceu a participação de todos e passou a palavra para que os convidados da Mesa façam o fechamento. A Sra. Kelly Alves agradeceu pelos comentários e respondeu às perguntas e preocupações levantadas. Confirmou que o Sisvan está incluído na ação que aborda a qualificação do SUS para prevenção, diagnóstico e cuidado das múltiplas formas de má nutrição. A Sra. Kelly Alves também mencionou a incorporação das sugestões do Consea na versão atualizada do Plano e informou sobre a realização de Conferências Livres, promovidas por entidades de nutrição, que destacaram a importância da articulação entre o SUS e a segurança alimentar e nutricional. Compartilhou detalhes sobre Conferências específicas em diferentes regiões do Brasil, onde o tema da fome e insegurança alimentar

foi discutido. A Sra. Kelly Alves propôs a organização de uma Conferência Livre de Saúde no processo preparatório da Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional para promover mais discussões e integração entre os dois sistemas, e agradeceu pela participação. A Sra. Marina Lima respondeu aos comentários e perguntas dos participantes da Plenária. Sobre a questão da viabilização da carne no mercado institucional, informou que o Ministério está discutindo a inspeção sanitária em uma oficina interna, e convidou a Anvisa e o pessoal da inspeção sanitária do MAPA para participar dessa discussão. Disse que planejam realizar reuniões semelhantes com movimentos sociais para obter contribuições externas sobre o assunto. Quanto à titulação de terras para a reforma agrária, a Sra. Marina Lima explicou que é um problema estrutural e que eles estão tentando obter terras que estejam em conflito trabalhista ou outras formas de obtenção de terra para destinação à reforma agrária, devido à falta de recursos para aquisição de terras pelo Incra. Sobre a sugestão do Sr. Írio Conti sobre a palavra "agriculturas" em vez de "agricultura familiar", a Sra. Marina Lima concordou em usar uma linguagem mais ampla para abranger diferentes formas de agricultura. Também falou sobre o Plano Safra e o PGPMBio, mencionando que estão em articulação com o Fundo Amazônia e o BNDES para capacitar grupos no âmbito do MDS, visando à compra de produtos extrativistas regionais para escolas na região Amazônica. A Sra. Lilian Rahal abordou a questão da doação de alimentos do PAA para entidades beneficiárias. Destacou que estão trabalhando para ampliar o leque de entidades beneficiárias, incluindo as cozinhas solidárias e outras categorias de equipamentos sociais. Disse que a intenção é direcionar esses alimentos para quem está passando fome, mesmo que não esteja necessariamente vinculado à rede socioassistencial. A Sra. Lilian Rahal também mencionou a importância de manter o protagonismo da sociedade civil e garantir que as cozinhas solidárias não se transformem em equipamentos comerciais sem o devido cuidado. Enfatizou a preocupação em não atrapalhar o funcionamento dessas cozinhas e permitir que possam se desenvolver de acordo com suas necessidades. No que diz respeito à agricultura urbana, informou que estão discutindo ações conjuntas entre diversos órgãos governamentais para abordar a segurança alimentar no ambiente urbano de forma mais holística, incluindo ações relacionadas à compra subsidiada, doação e acesso a alimentos no ambiente urbano. Sugeriu a possibilidade de fundir os desafios 1 e 3 do eixo 2 para tornar a estratégia mais clara no plano. O Assessor da Secretaria-Geral da Presidência da República agradeceu a participação de todos e destacou a importância de criar espaços de participação social mais eficazes, reconhecendo os desafios enfrentados pelas pessoas que estão na ponta, que vivenciam a realidade em diferentes estados. Mencionou um seminário virtual que está acontecendo, promovido pela Secretaria de Participação Social da Secretaria-Geral, que visa discutir território, políticas públicas, participação social e organização popular. Informou que a ideia é construir um espaço que ajude as pessoas a não se sentirem isoladas quando voltam para casa após participar de eventos como esse. O Sr. Flávio enfatizou a importância de não excluir ninguém do processo de combate à fome e segurança alimentar, incluindo o Ministério Público, a Defensoria Pública, as empresas, a classe média e todos os interessados no tema. Ressaltou a necessidade de debater e disputar ideias, sem abrir mão das convicções, e abraçar todos os interessados no tema. Elogiou o trabalho realizado pela equipe da Sra. Valéria Burity e da Sra. Lilian Rahal no MDS,

destacando que o Plano elaborado é um documento poderoso que resgata a história, as conquistas passadas e projeta um futuro promissor para o país. Expressou sua confiança no potencial do Plano e agradeceu à equipe pelo esforço e dedicação. A Sra. Valéria Burity agradeceu as intervenções e respondeu a várias questões levantadas. Sobre o Mapa da Insegurança Alimentar e Nutricional, a Sra. Valéria Burity explicou que foi possível retomar o Mapa InSAN, que cruza dados do Sisan com o CadÚnico, permitindo entender a situação nutricional de crianças de 0 a 5 anos acompanhadas pelo Bolsa Família. Apontou que a equipe está trabalhando em um mapa Indígena e outro que aborda a situação da população negra, abrangendo dados de 2017 a 2022. Sobre a relação entre Plansan e Brasil Sem Fome, a Sra. Valéria Burity mencionou que o Brasil Sem Fome será revisado anualmente e, após a revisão, ele será incorporado ao Plansan. Disse que a proposta é monitorar o Brasil Sem Fome durante a vigência do novo Plano Plurianual (PPA). Em relação ao Programa Emergencial, o Governo conseguiu entregar de forma emergencial o Programa Bolsa Família, o reajuste do PNAE, a retomada da assistência social com financiamento e outras ações, incluindo o PAA e cisternas. Sobre a participação de pessoas negras no Governo, a Sra. Valéria Burity destacou a importância de reconhecer as pessoas negras que já ocupam cargos no Governo, incluindo ministros, secretários e outras lideranças. Enfatizou que é crucial não apenas ter pessoas negras no poder, mas também garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas ações sejam valorizadas, para evitar a invisibilidade de suas contribuições. Em relação à mobilização de outros poderes e fortalecimento do controle social, confirmou que a mobilização de outros poderes será incorporada no eixo 3 do Brasil Sem Fome, valorizando a importância dos Conselhos estaduais e municipais como estações de controle social. Expressou o compromisso de construir um sistema eficaz que tire o Brasil do mapa da fome de forma permanente e destacou a necessidade de debater esse tema com os participantes da Conferência. A Sra. Elisabetta Recine finalizou a manhã de plenária e agradeceu a participação dos membros da reunião destacando a importância das comissões se reunirem para aprofundar os temas do eixo 3 e discutir Recomendações. No dia 14, à tarde, a Sra. Elisabetta Recine propôs fazer uma contextualização e uma argumentação sobre as sistemáticas que estão previstas em cada um dos eixos, objetivando um documento sucinto, de caráter mais provocador da reflexão, de análise da realidade local a partir do tema que se colocou, para que no nível municipal, estadual e nacional a sociedade tendo contato com o tema tenha sentido no seu contexto e como aquilo pode se expressar; sendo um documento sem respostas, mas com perguntas assertivas, para que a sociedade possa refletir sobre o seu contexto, a sua realidade, suas possibilidades. Colocou que os subgrupos devem passar para o processo de detalhamentos, a partir de uma perspectiva de prioridade. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, iniciou a explicação comentando que fizeram a metodologia da 6ª CNSAN a partir da 4ª e da 5ª CNSAN, com aprimoramentos e levou em consideração a capacidade máxima do Centro de Convenções Ulisses Guimaraes em Brasília, de 2 mil pessoas. Informou que as premissas para chegar ao número de vagas foram: 1. Garantir uma maioria de delegados da sociedade civil, garantindo a proporcionalidade de um terço para o Governo e dois terços para a sociedade civil; 2. Garantir diversidade e representatividade dos segmentos já estabelecidos no Consea Nacional, como os povos indígenas, população negra, quilombolas, povos e

comunidades tradicionais, além da população LGBTQIA+, refugiados e imigrantes, pessoas com deficiências; também definiu que a delegação final aprovada em cada unidade federada deve ter paridade de gênero. Em relação ao número de convidados, foram incluídos os observadores, os convidados internacionais, locais e nacionais, reforçou que esse grupo de convidados não serão custeados. Serão 1742 delegados, divididos do âmbito federal: delegados da sociedade civil do Consea Nacional - 80 delegados somando os titulares e suplentes; 40 delegados representantes do Governo Federal - 20 titulares e 20 suplentes; 74 delegados do governo escolhidos de acordo com critérios da Caisan; 148 vagas para delegados das Conferências Livres; 1400 delegados escolhidos nos Estados. Para os cálculos, informou que foram utilizados quatro fatores de ponderação: 1. Definição de número mínimo fixo e igual de delegados para cada UF, sendo que uma dessas vagas é destinada aos presidentes estaduais, que são considerados delegados natos da conferência, assim como os conselheiros do Consea Nacional. 2. População total dos estados e do Distrito Federal. 3. População em situação de insegurança alimentar e nutricional. 4. Vagas distribuídas por cotas considerando esses segmentos apresentados anteriormente. A Secretária-Executiva apresentou imagens com essas representações, reforçou que 50% das vagas desta planilha são destinadas a partir de fatores de vulnerabilidade, seja por insegurança alimentar, seja por pertencer a algum segmento que está mais afetado pela questão da fome, pela questão de acesso, e de questões historicamente definidas. Informou que todos terão acesso a isso no caderno de orientações, de forma detalhada. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, reforçou que essa distribuição foi aprovada na 2ª Plenária de 2023. Informou que alguns estados vêm demandando da Secretaria o documento que possibilite o início formal do processo de organização da Conferência por conta de busca de recursos, definição de orçamento, etc. A Presidenta do Consea informou sobre a questão da publicação do Decreto Presidencial de convocatória, onde o Presidente da República só pode assinar o decreto se tiver a origem do recurso que vai custear aquela atividade, porém ainda está em trâmite a negociação do orçamento, e dessa forma a assinatura não pode ser imediata. No entanto, o Consea Nacional tem legitimidade para fazer a publicação oficial da convocação da 6ª CNSAN, e a Presidenta afirma que é disso que precisam nesse momento, apreciar e aprovar para que esse documento seja disponibilizado. Assim, convocou a 6ª CNSAN para 11 a 14 de dezembro aqui em Brasília, afirmando que o Consea, em colaboração com a Caisan, coordenará para definição de parâmetros de composição, organização e funcionamento, por meio de regulamento próprio. Logo após, leu o Lema da 6ª CNSAN que foi aprovado, a saber: "*erradicar a fome e garantir direitos com comida de verdade, democracia e equidade*". No artigo terceiro, colocou que a Conferência será precedida de estaduais, do Distrito Federal, de municipais, de regionais, de territoriais, de livres, de encontros temáticos e de atividades. Submeteu essa Resolução à aprovação do Plenário para poder continuar no processo de organização. A Sra. Telma demonstrou preocupação com a representação de pessoas em situação de rua. A Sra. Elisabetta Recine reforçou que, no caderno de orientações, o processo de convocação, de acesso, de chamada, de atração de grupos que sofrem o impacto da insegurança alimentar, que estão em situação de vulnerabilidade e que atuam na agenda está super destacado. Além disso, colocou que a 5ª CNSAN definiu um conjunto de sujeitos

sociais que deveriam estar representados no Consea Nacional, pois nem todos esses grupos estavam de fato representados; e, portanto, houve a inclusão de LGBTs, de pessoas com deficiência e de refugiados, a partir das decisões da 5ª Conferência. Informou que certamente a população de rua está destacada no caderno de orientações, e é uma população prioritária e que precisam realmente trazer. Informou que todos os documentos da Conferência estão saindo com diagramação caseira, porque o Consea Nacional não tem uma equipe para fazer isso. Informou que estão conversando com a Secretaria de Comunicação para desenvolver a identidade visual da Conferência. Informou ter a expectativa de ter uma equipe mínima para trabalhar no Consea com diagramação, com comunicação, dessa forma esses documentos vão ser refeitos de uma maneira profissional. Informou que estados que fizeram Conferência do dia 2 de janeiro de 2019 ao dia 31 de maio de 2023 teriam a liberdade de definir se querem fazer uma nova Conferência, atualização temática, de análise de realidade, e também de eleição de delegados segundo esses critérios. Passou a palavra para as CP1, CP2, CP3, CP4, CP5, CP6, CP7 e CPCE. A Sra. Inês Rugani, Coordenadora da CP2, informou que o tema foi a Reforma Tributária. Tiveram a participação do Ministério da Fazenda, do Ministério da Saúde e do MDS. Disse que o foco da abordagem foi a questão da tributação sobre consumo e também disse que se falou muito rapidamente sobre tributação em relação a patrimônio e renda. Destacou que o que chamou atenção dessa CP foi a confluência de concepções dos ministérios que estavam representados, um alinhamento muito grande. Apontou que a notícia é de que a maioria dos municípios estão concordando e que existe um processo de costura bem estruturado em relação à Reforma Tributária. Outra questão importante destacada foi o imposto seletivo sobre alimentos não-saudáveis. Informou que a decisão é de que na PEC não fiquem listados os produtos, mas esteja definido que produtos que fazem mal à saúde e ao ambiente seriam tributados e uma lei complementar iria detalhar esses produtos. Então, colocou que as disputas vão continuar na sequência, mas disse que acredita que esse é o ponto principal. Também destacou a importância de garantir uma composição de cesta básica atualizada que tenha foco na alimentação adequada e saudável orientada pelo Guia Alimentar da População Brasileira, e que toda lógica de tributação seja inspirada nas diretrizes do guia alimentar. Portanto, disse que é esperado que alimentos saudáveis sejam mais baratos e alimentos não-saudáveis sejam mais caros. Pontuou que foi encaminhada uma Recomendação para aprovação da Plenária. Em relação ao Eixo 3, do Plano Brasil Sem Fome, informou que a Sra. Mariana vai fazer essa síntese. Informou que discutiram sobre conflito de interesse, destacou que o Consea já demonstrou querer aprofundar, mas optou por fazer uma discussão com um informe do GT de conflito de interesse da Caisan, coordenado pela Sra. Kelly Alves do Ministério da Saúde. Disse que esse GT foi instituído com base numa Recomendação do Consea e numa manifestação da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, e que teve já uma primeira reunião e estão debruçados nesse momento em mapear como que os mecanismos legais que já existem sobre conflito de interesses estão sendo implementados na administração, na gestão das políticas públicas. Colocou que combinaram de definir processos de trabalho para que esse assunto seja aprofundado no âmbito do Consea, de maneira que possam, na Conferência, ter um acúmulo sobre essa discussão. Destacou que vão organizar oficinas no âmbito do Consea

para tratar desse tema e que entende que terão várias camadas de abordagem sobre o assunto. Apontou que precisam discutir a adesão de organizações do setor privado e outras organizações ao Sisan, que é um tema central que traz essa questão de conflito de interesses, e, dentro dos Conselhos, como o funcionamento dos Conselhos pode ser protegido da questão do conflito de interesse. Disse que irão desdobrar esse assunto das oficinas no âmbito da Mesa Diretiva e definir um calendário do âmbito do Consea. Apontou que a Recomendação sobre Reforma Tributária foi lida e aprovada por aclamação, e que outra Recomendação discutida em conjunto com a CP3 foi sobre trigo transgênico. Disse que contou com a ajuda do Sr. Leonardo, Advogado do Idec, para elaborar, visto que tem muita experiência no assunto. Lembrou que é dirigida ao CTNBio e ao Conselho Nacional de Biossegurança. Recentemente, comentou que acompanharam a liberação da possibilidade de plantio e comercialização de trigo transgênico no Brasil. Disse que essa Recomendação tem o objetivo de fazer essa decisão de aprovação ser revogada, e o argumento é de que não só o princípio da precaução não foi examinado, mas uma série de etapas que são previstas, tecnicamente, não foram garantidas, como também a participação social não foi garantida nas etapas de tomada de decisão, demonstrando um procedimento inadequado. A Recomendação foi lida e aprovada por aclamação, com encaminhamento de também enviar ao MPF [posteriormente, publicada como Recomendação nº 09/2023/CONSEA/SG/PR, de 03 de julho de 2023]. A Conselheira Mariana Santarelli iniciou a apresentação sobre as discussões na CP1. Disse que fizeram um debate sobre o Sisan em parceria com a CPCE objetivando entender quais são as agendas mais importantes para a estruturação do Sisan. Na relação com a Caisan, comentou que precisam entender quanto que conseguem, daqui até a Conferência Nacional, aprofundar essas temáticas. Comentou que conseguiram fazer esse debate de uma forma pactuada com a Secretaria-Executiva da própria Caisan. Disse que os diálogos foram feitos sobre o Sisan com os Conselhos estaduais e as Caisans, mas é uma agenda muito ampla; então, a ideia foi tentar entender o que é mais estratégico. Disse que definiram três temas estratégicos, aprofundando o debate sobre os mecanismos de financiamento e de centralização de recursos do Sisan, com a ideia de constituição de um fundo. Informou que esse é um debate muito antigo que se sabe que é fundamental para conseguir, de fato, fazer com que o Sisan se concretize nas esferas estaduais e municipais. Relembrou que tiveram experiências difíceis de convênios com as secretarias estaduais e com as universidades, informando que ficam reféns desses instrumentos que são pouco eficientes. Para o Sisan ter o *status* do SUS, destacou que é necessário ter mecanismos mais sólidos de financiamento. Outro tema tratado foi a regulamentação da adesão dos estados e municípios e das instituições privadas sem fins lucrativos, já previsto no decreto que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que ainda não foi regulamentado. Ressaltou que as Cozinhas Solidárias, entidades sem fins lucrativos, estão acontecendo, que não tem marco de entrada no Sisan e considera importante na regulamentação das instituições privadas com fins lucrativos, porém precisa antes avançar o debate sobre conflitos de interesse. Além de pontuar ser necessário ter definição dos critérios e atribuições das instâncias de pactuação, dos fóruns bipartites e tripartites. Citou que estão em conversa sobre o PPA participativo e sugeriu que as organizações e o Consea escrevam propostas de segurança alimentar e nutricional, em

especial a criação de um fundo de SAN. Disse ser necessário iniciar no Consea o debate sobre o processo de reconhecimento e regulamentação da participação por meio da oferta de diversas iniciativas, serviços da sociedade civil organizada, engajada, com a garantia do direito humano da alimentação, e entender melhor qual é a tipificação desses serviços que já são ofertados hoje pela sociedade civil. Informou que circulou amplamente um mapeamento das cozinhas comunitárias, das cozinhas solidárias, e é preciso entender qual o perfil delas. Disse que precisa ter também uma construção crítica, que aprenda a partir da experiência dos outros sistemas, como o SUS. Em relação à discussão sobre o Brasil Sem Fome junto com a CP2, proposto para o eixo 3, apontou que verificou que a participação está enclausurada e deveria estar permeando todos os demais eixos, pois a participação social e a mobilização devem estar também atreladas à ponta. Destacou que fizeram uma reflexão também sobre a importância da estratégia de comunicação em relação ao próprio processo de comunicação e mobilização e questionaram se não seria possível pensar uma grande estratégia de comunicação que não fosse uma estratégia de promoção do Governo, mas uma estratégia que pudesse ser pensada desde a perspectiva do direito humano à alimentação. Assim, disse que comunicariam aos sujeitos de direito o que está sendo feito, sendo uma forma de assegurar os direitos, um direito que está estabelecido na Constituição Federal, não sendo uma política de Governo, mas de estado, perene, que está ligada à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - levando ao conhecimento da população outros programas que normalmente não são associados a esse tema do combate à fome. Sobre o eixo internacional, disse que propuseram uma Coalizão pela Alimentação Escolar criada a partir da Cúpula dos Sistemas Alimentares, evento muito criticado pela sociedade civil, pela perspectiva de captura corporativa por favorecer essas iniciativas de multiatores que colocam as corporações na centralidade, que desbalança o poder. Apontou que os países que estão à frente são a Finlândia, a França e há a possibilidade de o Brasil entrar. Pontuou que o Consea irá apresentar uma proposta de realização de um evento paralelo ao encontro do Conselho Mundial de Segurança Alimentar em outubro de 2023 e necessitam enviar a proposta até o dia 16/06/2023. Também disse que será realizada reunião do Conselho de Segurança Alimentar da CPLP em São Tomé e Príncipe em agosto de 2023 e, possivelmente, o Brasil vai apoiar a participação de um representante da sociedade civil de cada um dos 8 países, e irão ajudar a construir essa agenda. Segundo a Coordenadora da CP1, um dos temas que está na mesa é a divulgação e o aprendizado compartilhado sobre o Guia Alimentar da População Brasileira. A Sra. Mariana Santarelli falou sobre a proposta de criar um GT Internacional, com o objetivo de recolocar o Consea como interlocutor prioritário e principal do Governo para discussão de temas que se relacionem a uma agenda internacional de segurança alimentar e nutricional e que fosse um eco de prioridades nacionais no âmbito internacional, com prioridades nacionais definidas pelo Consea que possam ser levadas para fóruns e processos internacionais. O Sr. Gustavo, da CP3, apresentou as discussões da CP, e informou que foram discutidos problemas relacionados à terceirização, temas dos dias 13 e 14, respectivamente, o Plano Safra da Agricultura Familiar, a Política Nacional de Abastecimento e o eixo 3 do Plano Brasil Sem Fome. Disse que discutiram o problema da terceirização dos institutos e universidades federais, que falaram também sobre Reforma Agrária e a falta de um orçamento para tal, e

o questionamento de como avançar a partir de 2024; sobre como as políticas públicas estão chegando à maioria das regiões e sublinharam o sucateamento das ferramentas dessas políticas, como ocorreu com as empresas de assistência técnica e extensão rural. Sobre as universidades e institutos federais, disse que estão sendo subutilizados quanto à potencialidade de viabilizar a comercialização de carne no mercado institucional assim como nos produtos processados de forma a agregar valor aos produtos e melhorar e atender aos mínimos de 30% exigido pela lei; viabilizar as estruturas municipais ou regionais públicas de abate, ações de combate ao desperdício, incluindo currículo nas escolas; nesse mesmo contexto utilizar a estrutura dos cursos dos institutos e de universidades para fomentar projetos com a capacitação nas escolas municipais, por exemplo. Sugeriu que é preciso gerar condições para acesso às políticas públicas por parte das comunidades mais distantes e isoladas; Recomendação para a criação de um comitê consultivo do PGPMBio; articulação entre o grupo gestor do PAA para tratar de alterações para a CAF 3.0. Sugeriu uma Recomendação ao STF sobre os agrotóxicos, informou que o Brasil tem uma política de isenção de 50 a 100% de ICMS para os agrotóxicos nos estados brasileiros e sugeriu uma Recomendação para que se elimine essa isenção de impostos para os agrotóxicos. A Sra. Elisabetta Recine informou que o Consea foi *amicus curiae* na seleção de quem define um conjunto de organizações que argumentam em torno da temática que está sendo analisada. Externou que esse é um tema que vem dentro do Supremo há muitos anos e que já se manifestaram algumas vezes. O Sr. Gustavo informou que desde que a redução de alíquota houve um aumento de 36% de uso agrotóxicos nos estabelecimentos com mais de 500 hectares e nos de 50 a 500, por outro lado, da agricultura familiar, o aumento foi de 2,71%. Foi aprovado. O Sr. Gustavo propôs uma Recomendação sobre o Plano Safra, tentando fazer uma síntese das questões que surgiram no debate da CP. A Recomendação será feita pela Mesa Diretiva. O Sr. Samuel, do Movimento Nacional da População de Rua, relator da CP4, informou sobre a reunião da CP4, resgatando as temáticas elencadas como prioridade para atuação do direito humano à alimentação dentro do Consea Nacional, fez o relato das participações nos grupos de trabalho Brasil Sem Fome e Fórum Interconselhos. A Sra. Jaqueline, representante da CP4 no grupo o Brasil Sem Fome, relatou que houve forte participação dos conselheiros da sociedade civil organizada na construção do Brasil Sem Fome junto ao Governo. Disse que houve a construção de documentos do Plano, pactuação dos objetivos, sujeitos de direito, ementa, e metas de curto, médio, e longo prazo, campanhas de divulgação, e mobilização social. Foi mencionado o trabalho intenso do grupo de trabalho Brasil Sem Fome que terá apresentação em breve em Plenária do Consea Nacional. No entanto, apontou que o Governo mantém em sigilo os documentos que tramitam dentro desse grupo de trabalho. A Conselheira Jônia Rodrigues relatou que o Fórum Interconselhos basicamente se ocupou na discussão do PPA participativo e no incentivo para a mobilização da sociedade civil organizada sobre a importância dos temas estratégicos, para compor o orçamento do próximo PPA de 2024. Foi destacada a importância do Consea selecionar ações estratégicas. Colocou que o GT da Caisan sobre a agenda internacional de SAN será acompanhado pela Conselheira Jônia ou pela Sra. Marília Leão, e, no GT da Caisan sobre calamidade e situação de emergência, o Conselheiro Samuel. No GT da Caisan sobre SAN e ambientes urbanos, será o Companheiro Carlos Cavalcante. E,

no GT da Caisan sobre compras públicas da agricultura familiar, o Sr. Carlos Eduardo. E, no da nutrição dos Yanomami, a Professora Daniela Frozi. Foi discutido o processo de trabalho da CP4 e levantou-se a necessidade de um número maior de reuniões preparatórias para as pautas das próximas Plenárias, e também para a construção de uma agenda. Foi levantado algumas experiências de vulnerabilidade dos conselheiros da CP4 para defender direitos humanos no Brasil. Foi realizado um diálogo sobre a necessidade de assegurar um ambiente de plena liberdade para as pessoas ativistas de direitos humanos no país. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, recomendou que o Sr. Samuel fizesse uma síntese do conteúdo. O Sr. Samuel disse que isso surgiu por conta do que está acontecendo na CPI do MST, sendo apenas a ponta do iceberg, e que isso está acontecendo inclusive no nível dos estados. Foi pensado numa Recomendação que lidasse com essa questão da criminalização. Ponderou que a Recomendação teria 3 ou 4 considerandos, versaria sobre atuações, posicionamentos contrários à criminalização, para que o Ministério da Justiça e o de Direitos Humanos e Cidadania promovam ações articuladas de sensibilização para construção de um novo sistema de justiça e de Segurança Pública que inverta a lógica de um estado que protege a propriedade privada em detrimento das pessoas e suas lutas sociais, para a construção do bem comum em um estado de direito democrático participativo e plural. Recomendou ainda que o Ministério da Educação promova programas de educação em direitos humanos e cidadania nas escolas e nas comunidades com o objetivo de conscientizar a população sobre a importância dos movimentos sociais e do direito à manifestação pacífica. E, por fim, que os 3 poderes do estado realizem campanhas permanentes de combate à desinformação e às *fake news*, especialmente sobre os movimentos sociais, construindo uma comunicação efetiva para assegurar a democracia participativa e o profícuo diálogo com a sociedade, para informar o papel cidadão e constitucional desses movimentos sociais para defesa dos direitos fundamentais. No eixo 3, disse que os principais pontos da discussão foram qual deverá ser o papel do Consea nacional, estadual e municipal na mobilização social para o fortalecimento do Brasil Sem Fome; elaboração de um guia popular; mobilização e sensibilização das próprias instituições que compõem o Consea; uma maior interação entre o Consea nacional e os estaduais e municipais; o que fortalece o Sisan e outros órgãos e instituições governamentais; uma escuta ativa dos Conselhos estaduais e municipais junto às pessoas com fome e ao público contemplado pelo Plano, formação e direitos humanos para os atores que irão operar o Plano Brasil Sem Fome; continuidade da produção de material pelo Consea nacional, ampliando as oportunidades e acessibilidades e inclusão social; criação de espaços de ouvidoria, resgate da diversidade e ampliação da participação dos movimentos sociais nos Conseas, povos ciganos, juventude, pessoas com deficiência; reconhecimento dos Conseas como mobilizador consultivo e necessário ao acompanhamento das políticas públicas existentes, mesmo que já exista outra instância de controle social; reconhecer os programas existentes nos municípios como parte das ações necessárias à segurança alimentar e nutricional e qualificar a política de participação dos atores sociais nas instâncias de controle social. Apontou que as sugestões para os desafios de estratégias do eixo foram feitas junto com a CP6. O Sr. Bira destacou que, se a questão dos juros permanecer nessa situação, o risco de os fascistas voltarem é grande, porque não vai ter dinheiro para nada.

Colocou que está armando uma reunião, um ato, como foi em defesa da democracia, com todos os setores da sociedade para que se possa fazer a pressão com cantores, artistas, trabalhadores, entre outros, para que se possa chamar a atenção da sociedade, isolar o Roberto Campos e provocar uma mudança na presidência do Banco Central. O Sr. Bira também levantou que o papel das entidades que estão no Consea é de levar para dentro das suas entidades. Deu exemplo informando que levam para dentro os debates que estão acontecendo aqui porque isso tem uma capilaridade fora. A Sra. Elisabetta Recine, Presidenta do Consea, confirmou que está considerado na ementa do eixo 1, que é o eixo que trata dos determinantes estruturais, a questão dos juros. Não leu no dia da Plenária porque ela é enorme, porém está acatado. E informou que o que leu hoje é o que vai no documento; e que, no caderno de orientações, está detalhado. E destacou que isso que o Sr. Bira acabou de falar de levar para dentro das organizações a agenda do Consea coincide com o relato que a CP1 e CP2 fizeram. Informou que queria voltar à proposta da CP4 sobre a Recomendação a respeito da prevenção e de ações que controlem ou que previnam a criminalização dos defensores de direito. Contudo, foi informado que a CP4 também não tem ainda um texto final, mas gostaria de submeter o mérito e ver observações, comentários, e dúvidas a respeito do que colocaram de argumentos. A Sra. Elisabetta Recine colocou uma dúvida: a questão de programas de educação em direitos humanos e campanhas de combate à desinformação são complexas, mas elas estão dentro de um limite; e a questão de um novo sistema de justiça é uma discussão extremamente complexa de médio a longo prazo. Expôs que não sabe se poderiam indicar isso mais de uma maneira um pouco mais concreta e objetiva. A Sra. Jônia Rodrigues observou que não é a construção de um novo sistema de justiça, mas a sensibilização do sistema de justiça e segurança pública. A Sra. Andreia achou importante que essa Recomendação fosse entregue em mãos ao Secretário de Segurança Pública, Sr. Tadeu Alencar, e disse que acredita que ele tem bastante sensibilidade para promover esse debate, porque considera que quando vai só o documento às vezes chega, e seria apenas mais um documento a chegar lá, e acha que ele tem bastante habilidade para isso, tanto o Ministro da Justiça quanto o dos Direitos Humanos. O Sr. Edgar informou que a CP5 contou com um representante do Ministério da Mulher e um representante do Ministério da Pesca. Detalhou os encaminhamentos, a saber: Solicitação de uma reunião com a Ministra da Igualdade Racial, da Mulher e do MDA, para discutir essa transversalidade da população negra e o racismo, e também solicitação de um representante fixo desses ministérios junto à CP5. Também solicitou uma realização de um curso de capacitação sobre racismo institucional e as políticas de segurança alimentar e nutricional envolvendo os órgãos do Governo, o Consea e os operadores da política de SAN. Solicitou colocar a Conab por conta das dificuldades do acesso à política pública quando está presente o racismo institucional, colocar uma grande divulgação, com o apoio da Assessoria de Comunicação da Presidência, sobre a prioridade do Consea no combate ao racismo institucional. Propôs fazer uma conversa diretamente com o Ministério de Ciência e Tecnologia para a oferta de curso de extensão com o tema do racismo ambiental; porque considera que com a tecnologia é possível avançar no curso, é possível conseguir algumas bolsas para melhorar um pouco essa participação e a promoção das pessoas que estão diretamente envolvidas na Política de Soberania e Segurança Alimentar.

Disse que falaram da 6ª CNSAN, do GT, dialogaram 4 propostas com duas pessoas do ministério que estavam lá referentes ao orçamento participativo do PPA nacional. Apontou que fizeram um debate muito rico e chegaram nos seguintes pontos: solicitar das instâncias municipais e estaduais o mapeamento dos territórios vulnerabilizados pelo fenômeno da fome e a descrição das características do que traz os aspectos de raça, gênero e renda; convocar para uma reunião extraordinária de Conseas estaduais e municipais, profissionais da saúde, da assistência social, para a apresentação dos dados de insegurança alimentar nos estados e municípios, com atenção especial para as crianças, mulheres, e, posteriormente, utilizar esses dados como indicadores para o monitoramento. Destacou que poderiam chamar a Secretaria de Saúde e outros órgãos do Governo municipal para discutir a questão de SAN, fazendo que os dados apareçam. Apontou que pode acontecer de não ter dados de nutrição para apresentar, de não ter dados do quesito de raça e cor, pode aparecer de não ter dados LGBT, mas que a ideia é que esse seja um espaço de concertação e de monitoramento e de controle social. Por fim, disse ser necessário colocar uma força-tarefa para averiguar se as composições das cestas estão respeitando os hábitos e culturas alimentares. Então, colocou que isso também seria o papel do controle social dos Conselhos estaduais e municipais dentro do foco do Plano contra a fome. Destacou que trouxeram o CadÚnico por saber que o acesso das políticas públicas passa pelo CadÚnico, então considera ser de extrema importância que o CadÚnico esteja atualizado, e que será também um papel do Conselho Municipal, Estadual, e Nacional estar cobrando, monitorando e que as atualizações aconteçam de verdade. O Sr. Dourado Tapeba informou que a CP6 se reuniu com a participação, da Conab, do MDS, da Sesai e do Ministério dos Povos Indígenas. Disse que, infelizmente, os representantes da Funai não compareceram. Pontuou que houve discussão sobre a cesta de alimentos, que ficaram muito preocupados com a deliberação da Funai de a cesta de alimentos abranger apenas 8 estados. Inclusive, disse o Sr. Dourado Tapeba, vários estados do Nordeste estão achando que têm cestas a receber. Apontou que a Funai não apareceu para dar explicações e o encaminhamento feito foi que o Consea faria um ofício solicitando resposta da Funai sobre a não inserção dos demais estados, principalmente da região Nordeste, Sul e Sudeste. Foi proposto também o encaminhamento sobre o PPA participativo, com vistas a acelerar o processo de demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, e também a criação de projetos de fomento nos moldes da Carteira Indígena. Destacou que a Carteira Indígena foi um projeto que deu muito certo, sendo um programa que ainda hoje tem famílias usando. Citou um povoado do Ceará, denominado Poranga, onde fizeram um projeto de caprinocultura. Sobre a Recomendação do Marco Temporal, propôs reiterar a Recomendação. Também lamentou que a CP6 ainda está desfalcada por não haver a presença da Coiab nas últimas plenárias. Disse que precisam da participação da Coiab, solicitaram a participação de mais convidados, como a Embrapa que participava anteriormente e hoje não está mais participando. A Sra. Priscila complementou dizendo que teve uma participação importante também do MDS, da Conab, e da Sesai, mas faltou a Funai. Pontuou uma questão apresentada pelo MDS que é esse novo desenho que eles estão fazendo do PAA para comunidades tradicionais e indígenas, onde não será ser exigido mais o CAF ou a DAP. Discorreu sobre a compra com doação no território, com dispensa de inspeção sanitária

para produtos de origem animal, e a entidade poder ser um grupo informal ou uma cooperativa. Destacou que a forma de relação com a entidade também vai ser simplificada. Ou seja, os povos tradicionais e os indígenas vão conseguir acessar muito mais. O Sr. Dourado Tapeba complementou dizendo que na CP4 colocaram também a questão de politizar os conselheiros municipais e estaduais para que haja uma participação mais ampliada nas articulações e mobilização entre os entes. A Sra. Mariana Santarelli informou que há duas semanas atrás houve a primeira reunião do grupo consultivo do comitê gestor do PNAE, onde ficaram sabendo que eles estão fazendo uma rodada pelo país tratando do tema da alimentação escolar indígena. Apontou que uma pessoa do MDS que falou dessas novidades, que entendem que pode ser também inspirações para mudanças no próprio PNAE. A Sra. Elisabetta Recine informou que, quando o Sr. Edgar destacou na CP5 a importância da participação do Ministério das Mulheres e da Igualdade Racial na CP, é preciso lembrar que o Consea tem duas representações já designadas do Ministério das Mulheres, a Sra. Carmem, que estava na Plenária pela de manhã, e a Sra. Roberta Eugênio, da Igualdade Racial. Então, disse que a Sra. Priscila, que está acompanhando a CP pela Secretaria-Executiva, entrará em contato com as duas representações oficiais desses ministérios para que possam ficar na CP, a fim de manter uma regularidade. A Sra. Kota Mulangi informou que a CP7 reuniu povos tradicionais de matriz africana e povo de terreiro, pescadores artesanais e extrativistas da Amazônia e representantes do Governo. Disse que estavam presentes o MDA, o MIR e o Ministério da Pesca. Informou que vai ter apresentação da justificativa da necessidade do encontro temático de povos e comunidades tradicionais. Informou que aprovaram duas Recomendações e debateram, em conjunto com a CP5, a questão do CAF e do Catrapovos. Destacou que uma questão importante da discussão de planejamento é de terem só 4 segmentos representados dos povos e comunidades tradicionais no Consea, em um conjunto de 22 comunidades e 4 povos, e discutiram sobre como fazer essa articulação. Um dos encaminhamentos apontados foi que o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais deve ser convidado de forma permanente dentro da CP7, para que possam levar as informações. Disse que discutiram com a CP5, CP3 e CP7 e propuseram um encaminhamento sobre a estratificação por segmento no Plano Safra, considerando os 28 que existem. Apontou que o CadÚnico, o Plano Safra e todos os órgãos do Governo que vão atender PCTs têm que romper com o paradigma de só falar de indígenas e quilombolas, pois são 28 segmentos que estão colocados e que ficam invisíveis em todo o processo. Trouxe a aprovação de uma proposta estruturada com uma possibilidade de estar em conjunto dentro do enfrentamento à fome, que reconhece a possibilidade dos povos e comunidades tradicionais de produção e de um consumo que sempre foi invisibilizado, com o reconhecimento do bode como alimento nativo da sociobiodiversidade. Detalhou que debateram sobre qual é o conceito de mobilização social, que é uma forma de construir, na prática, um projeto ético proposto na Constituição brasileira, com soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, com valores do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político, considerando a missão e função dos nossos Conselhos, garantindo a maior participação dos segmentos da população brasileira, considerando gênero, raça e faixa etária. Indicou que precisam de uma comunicação com a linguagem direta, eficaz e adequada à diversidade dos segmentos dos povos e comunidades

tradicionais, pois apenas a internet não chega nos ribeirinhos, na Amazônia. A Sra. Elisabetta Recine apresentou a Sra. Maria Fernanda, Secretária-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, onde a Secretaria-Executiva do Consea Nacional está localizada, demonstrando que ela é a interlocutora e a parceira para viabilizar as ações do Conselho, não só do ponto de vista administrativo, burocrático, financeiro, mas politicamente também. A Sra. Kota Mulangi complementou dizendo que a CP5 e a CP7 definiram juntas que a pauta para a próxima reunião do Consea seja a questão do racismo institucional estrutural, a influência nas políticas de segurança alimentar nutricional e permanência do Brasil no mapa da fome. A Sra. Elisabetta Recine resumiu os encaminhamentos da seguinte forma: fazer um convite de convidado permanente para o Conselho de Povos e Comunidades Tradicionais para participar da comissão e também da Plenária, resolvendo em parte essa complexidade da diversidade dos povos e comunidades; disse que havia a proposta de duas Recomendações, mas após a análise da Secretaria verificaram poder ser unificada. Colocou que uma é que o bode seja incluído na lista de produtos da sociobiodiversidade e a outra é ter um grupo de trabalho no âmbito da Caisan. O Sr. Jean informou que a CPCE articulou com a CP1 um momento para pensar o fortalecimento do Sisan, retomando o processo de articulação para pensar o seu financiamento com as suas várias estratégias de articulação, Fundo etc. Colocou-se à disposição para construir junto com a CP1 também com a questão da regulamentação das iniciativas da sociedade civil dentro do Sistema, bem como os critérios para participação no Sisan; destacou também a questão das instâncias de pactuação e pensar sobre os parâmetros, as diretrizes de funcionamento e os critérios de funcionamento dessas instâncias. Para esse próximo período, colocou que pensam em conseguir fazer essa articulação com a Caisan. Com relação aos Conseas estaduais, disse que fizeram um levantamento de quantas conferências foram realizadas; percebeu-se que metade do país realizou conferências atendendo a convocação do Conselho Nacional, mas alguns realizaram entre 2019 e 2022, e o Maranhão realizou mais recentemente em 2023. Todos os Conseas estaduais estão no processo de realização das suas conferências; então, aqueles que já realizaram serão informados para a comissão organizadora, para haver o diálogo em relação às vagas dos delegados. Ressaltou-se que os estados que estão com o processo em andamento estão alinhados ao tema da Conferência, mas também estão adequados às suas realidades locais. Tratou-se na CPCE também sobre o PPA, realizando essa mobilização em torno das estratégias com relação à segurança alimentar e nutricional. Junto com a Mesa Diretiva, propôs-se estabelecer as estratégias de como vai proceder para marcar a questão do financiamento do Sisan, e como o Consea aprova e apoia essas propostas. Para não fragmentar as propostas, sugeriu-se trabalhar nas dimensões e propostas de SAN. Na tentativa de ter uma boa relação com as propostas do Consea e não as fragmentar, foi informado que a CPCE está trabalhando com as dimensões estabelecidas de segurança alimentar e nutricional. Com relação ao Plano Brasil Sem Fome, destacou a importância desse processo em construção, a importância desse instrumento, especialmente num momento em que não tem um Plano Nacional, trazendo também a questão do reconhecimento do processo dos Conseas estaduais nessa pactuação. O Sr. Jean disse ter receio que no processo de estruturação e dessa pactuação haja ausência do Consea

estadual, necessitando estimular a participação dos Conseas estaduais nesse processo. Pontuou que deve ser um processo participativo, ativo e integrado. Apontou que a contribuição da CPCE para a questão desse Plano é o monitoramento, especialmente das discussões relacionadas ao Sisan. E destacou que estão propondo fazer esse processo de monitoramento. Atrelado a isso, disse que apontaram alguns caminhos como desdobramentos da reunião da CPCE, que é manter o tema das conferências como uma pauta permanente, para que possam analisar os processos, aprendizados e os achados. E o outro ponto é a questão do Brasil Sem Fome, especialmente no tocante à adesão de todo o processo dos Conseas municipais, estimulando a mobilização social; encaminharam levar para pauta a discussão junto com a comissão de direitos fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público Federal, para estabelecer essas estratégias; também com a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, do Paraná e de Pernambuco. Colocou que tiveram dificuldade com relação à vinda dos Conseas estaduais por conta das passagens. Disse compreender o contexto da contenção de recursos, mas acredita que precisam ver como fazer para conseguir potencializar a participação dos Conseas estaduais nesse momento de congregação no Consea Nacional. A Sra. Elisabetta Recine informou que, em relação a tudo que as CPs discutiram do eixo 3 do Brasil Sem Fome, a Secretaria está com essa memória e vão organizar isso no formato de uma Recomendação, que a Mesa Diretiva vai revisar e dar o sinal verde e será encaminhado para a Caisan ou para a Secretaria Extraordinária. Em relação à discussão do dia anterior relativa à Política Nacional de Abastecimento, compartilharão aquela apresentação de resgate que o Consea já acumulou de abastecimento, feita pelo Sr. Renato Maluf, e recomendou a leitura dessa contribuição junto com a síntese que o Sr. Guilherme Delgado fez e enviem sugestões para o Consea, para fazer um documento e enviar para a Conab e o MDA, a fim de entrar de uma maneira mais formal no processo de elaboração da Política Nacional e participar daqueles processos que o Sr. Silvio informou no dia anterior. Agradeceu a equipe do Consea e aos apoiadores. **Ponto de Pauta: Encerramento**. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, procedeu aos seguintes avisos: o primeiro, deixar o crachá em cima da mesa porque ele será reutilizado. O segundo aviso, para lembrarem de mandar os cartões de embarque por e-mail. E o terceiro aviso foi reforçando a questão da plataforma do PPA participativo. Destacou que o Consea tem representantes indicados para o Fórum Interconselhos, que também incide sobre o PPA, e a próxima reunião já está convocada para os dias 10 e 11. Como resultado das trabalhos dessa Sessão Plenária, 08 (oito) recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº 5/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a rejeição da tese do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas têm direito de ocupar apenas as terras que ocupavam ou já disputavam em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição; Recomendação nº 6/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a garantia de tratamento fiscal diferenciado e favorável apenas para alimentos in natura, minimamente processados e alimentos processados selecionados, e a instituição de impostos seletivos sobre a produção e comercialização de produtos e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente como medida de correção das externalidades negativas geradas por esses produtos e serviços, considerando princípios e recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira; Recomendação nº 7/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a promoção

de ações junto aos órgãos competentes contra a criminalização dos movimentos sociais e das pessoas que defendem a regularização fundiária, a reforma agrária e os direitos humanos; Recomendação nº 8/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para promover o debate sobre a produção e o acesso dos povos e comunidades tradicionais, populações de matriz africana/povos de terreiro ao bode, no sentido de garantir a estes povos o pleno exercício de seus direitos ancestrais e culturais e sobre a possibilidade da inclusão deste animal no âmbito do Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio); Recomendação nº 9/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a anulação das decisões da CTNBio de aprovação do plantio comercial e da importação da farinha do Trigo transgênico IND-ØØ412-7 ou HaHB4, adotadas no processo 01250.014650/2019-71; Recomendação nº 10/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5553, declarando-se a inconstitucionalidade das cláusulas primeira, inciso I e II, e terceira, em relação a estes incisos referidos, do Convênio nº 100/1997, com efeitos ex nunc, e da fixação da alíquota zero aos agrotóxicos indicados na Tabela do IPI, anexa ao Decreto 8.950/2016, Decreto nº 10.923/2021 e atualmente em vigor no Decreto nº 11.158/2022, por entender que esta posição é fundamental para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (EC nº 64/2010) da população brasileira; Recomendação nº 11/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a incorporação das contribuições do Consea na implementação do Plano Safra da Agricultura Familiar 2023/2024 e elaboração de futuras edições; Recomendação nº 12/2023/CONSEA/SG/PR – sobre a incorporação das contribuições do Consea na elaboração e implementação do Plano Brasil Sem Fome, em atenção especial ao Eixo 3 - Participação e Mobilização Social. Aprovou-se também a criação do Grupo de Trabalho do Consea sobre Agenda Internacional em Segurança Alimentar e Nutricional, assim como houve a aprovação da Resolução nº 03/2023/CONSEA – que convoca a 6ª CNSAN. Ratificou-se, ainda, o nome, a ementa e a coordenação da Comissão Permanente 6. Encerrada a 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2023, eu, Marília Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Documento assinado digitalmente
gov.br
MARILIA MENDONCA LEAO
Data: 27/12/2024 11:46:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 19 de julho de 2024.